



Anais da Assembléia

Nº 145

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 108.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1990
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Pirajá Ferreira e Luciano Pizzatto.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Aruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos e Vera Agibert (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Werner Wanderer, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Namir Piacentini, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli e Valderi Mendes Vilela (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO.

SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2693

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de

Resolução nº 168/90.

Sala das Sessões, em 29.11.90

(a) LUCIANO PIZZATTO.

REQUERIMENTO Nº 2702

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei nº 554/90.

Sala das Sessões, em 29.11.90

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2705

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei nº 588/90.

Sala das Sessões, em 29.11.90

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2692

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 29.11.90

(a) LUCIANO PIZZATTO.

REQUERIMENTO Nº 2688

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 582/90, constante da Ordem do Dia de hoje em 3.^a Discussão.

Sala das Sessões, em 29.11.90

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO Nº 2701

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 (dez) Sessões, do Projeto de Resolução nº 168/90, em razão da importância da matéria, que após sua apresentação em Plenário,

rio, não teve tempo hábil para um correto estudo da mesma. Além disso, o Projeto de Resolução em questão guarda estreita similitude com um Código, devendo, por isto, ser votado segundo um procedimento especial.

Sala das Sessões, em 29.11.90

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamiento: Vera Agibert, Lauro Lobo Alcantá, Algaci Túlio, Valderi Mendes Villela, José Afonso Júnior e Nilton Barbosa.

REQUERIMENTO N° 2694

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 598/90, substitui gratificação por apresentação de espetáculo aos servidores da fundação Teatro Guaíra.

Sala das Sessões, em 29.11.90

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 2695

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 035 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 597/90, concede gratificação de Regime de Classe correspondente a 20% (vinte por cento) do valor mensal do número de horas/aula efetivamente ministradas ou acompanhadas, a ser paga aos ocupantes de cargos de Professor e Pianista que desenvolvam o acompanhamento musical das aulas dos cursos mantidos pela Fundação Teatro Guaíra.

Sala das Sessões, em 29.11.90

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 2689

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inserção nos anais desta Casa, votos de Congratulações ao Município de ARARUNA, pelos seus 35 anos de emancipação política e administrativa.

Até o ano de 1947, quando foi fundado o Município de Campo Mourão, aquela região do Paraná era formada apenas pelos Municípios de Guarapuava e Pitanga, com o povoamento de Campo Mourão, iniciado muitos anos antes de sua elevação a município e a colonização de uma das maiores e mais ri-

cas regiões da hinterlândia paranaense. Peabiru foi a segunda comunidade criada na zona do noroeste, por desmembramento de Campo Mourão. A região, apesar de ser conhecida pelos espanhóis, logo após o descobrimento do Brasil, onde os Padres Jesuítas fundaram e mantiveram, por muitos anos, as célebres "reduções" era ainda quase totalmente desconhecida, servindo de "habitat" aos aborígenes, principalmente da grande tribo caingangue.

Paulo Toledo, João Antônio Rodrigues, José Ribeiro, Ernesto Martins Tavares, João Martins Tavares, Sebastião Inácio de Faria, José Maria de Faria e Joaquim Emídio de Faria foram os primeiros habitantes da localidade de Araruna. Estes pioneiros foram os primeiros habitantes da região que, acompanhados de suas respectivas famílias, se estabeleceram à margem da Estrada da Boiadeira que conduzia para o Porto São José e para o Estado de Mato Grosso e que era o caminho natural da antiga e histórica Estrada de São Tomé.

Desses idos todos, marcados pela perseverança e bravura, ARARUNA surge como Município, desmembrando-se de Peabiru. Com a sua autonomia política e administrativa, começou a traçar o seu próprio horizonte, a trilhar caminhos que rapidamente fizeram-na progressista, tendo como base de seu desenvolvimento, as atividades agropastoris.

Ao ficar constado nos Anais desta Casa as Congratulações - dirigidas aos Poderes Executivo, Legislativo e às Agremiações Partidárias - trata-se de enaltecer o ordeiro povo de ARARUNA, reconhecendo o seu incansável trabalho que tanto engrandece o Paraná, muito particularmente a região Centro-Oeste.

Sala das Sessões, em 29.11.90

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 2690

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inclusão nos anais desta Casa, votos de congratulações à COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense, pela comemoração, no dia de hoje, do 20° aniversário da sua fundação, dirigidos ao Ilustre Presidente, Senhor AROLDO GALASSINI.

Em 1970, fundada por 72 proprietários rurais, lançava-se a semente do cooperativismo, que germinaria com o espírito associativista, cultivada com a solidariedade e união. Começava ali uma história que, em princípio, dizia respeito somente a uma pujante região, cuja potencialidade ensejava uma dimensão econômica que dependeria unicamente do esforço e da tenacidade do primeiro grupo de cooperados, e isto nunca

faltou.

Transpondo muito além os limites do Centro-Oeste do Estado, não tardou para que se constituísse em uma Cooperativa de invejável porte para o Paraná, transpondo as fronteiras deste território, para projetar-se no cenário nacional como uma empresa sólida, respeitada e sobretudo indispensável ao processo desenvolvimentista da Nação, da qual, celeremente, tem respondido com gana a todos os permanentes e inadiáveis desafios.

São vinte anos de história, de incontáveis frutos colhidos ao sabor de uma divina terra, tratada com amor e carinho. São duas décadas que caracterizam um imenso e indescritível orgulho para os seus mais de 42 mil associados e para a sua gente que vê o incansável trabalho recompensado quando a fraternidade é a irmã do bem-comum.

Sala das Sessões, em 29.11.90

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO N° 2696

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pela passagem do 26° aniversário do Município de RIO BOM, que se comemora em 13.12.90.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- José Carlos de Almeida Prado - Prefeito Municipal

Praça Gov. Ney Braga, 65 - Rio Bom - Pr

- José Bueno da Silva - Vice-prefeito

Praça Gov. Ney Braga, 65 - Rio Bom - Pr

- João Rocha de Sene - Pres. da Câmara Municipal

Praça Gov. Ney Braga, 65 - Rio Bom - Pr

Sala das Sessões, em 29.11.90

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2697

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, "VOTOS DE CONGRATULAÇÕES" e manifestações de regozijo pela passagem do 62° Aniversário de fundação do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A., expressos à pessoa do Ilustríssimo Senhor CARLOS ANTONIO DE ALMEIDA FERREIRA, Mui Digno Presidente daquela prestigiosa instituição financeira do Estado e demais membros representantes, cuja administração só tem feito por engrandecer e dignificar o seu nome.

Desta decisão REQUER, ainda, seja dada ciência àquela Presidência e Diretorias

que o compõem.

Sala das Sessões, em 29.11.90

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2703

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pela passagem do 38° aniversário do Município de MARILÂNDIA DO SUL, a ser comemorado em 14 de dezembro de 1990.

REQUER ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- Jaime Rossi - Prefeito Municipal

Rua 3 de Outubro S/N - Marilândia do Sul - Pr

- Osvaldo Plath - Vice-Prefeito

Rua 3 de Outubro S/N - Marilândia do Sul - Pr

- José Roque Bonin Gonçalves - Pres.

da Câmara Municipal

Rua 3 de Outubro S/N - Marilândia do Sul - Pr

Sala das Sessões, em 29.11.90

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações pela passagem do 3° aniversário do Município de NOVA TEBAS, a ser comemorado em 08.12.90.

REQUER ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- Luiz Carlos Petrechen - Prefeito Municipal

A/C da Prefeitura Municipal - Nova Tebas - Pr

- Nilo Klein - Vice-prefeito

A/C da Prefeitura Municipal - Nova Tebas - Pr

- Pedro Júlio de Aguiar - Pres. da Câmara Municipal

A/C da Prefeitura Municipal - Nova Tebas - Pr

Sala das Sessões, em 29.11.90

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2691

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja prorrogado o prazo de isenção do ICMS (instrução 935/85) a vencer no dia 31 de dezembro do corrente ano.

Consustanciado na decisão do XII Encontro Estadual de Artesãos, ficou claramente externada a preocupação unânime, no sentido de isenção do ICMS. Realizado en-

tre os dias 7, 8 e 9 deste mês, os participantes do referido evento, afirmam que a medida beneficiará mais de quarenta mil profissionais, cujo o trabalho do artesão leva em conta os familiares, numa dependência direta, econômica e socialmente.

Desta forma e de conformidade com a cópia do documento em apenso, encarecemos à essa Secretaria de Estado, a adoção de medidas que venham ao encontro de uma justa apreensão por parte de um importante segmento da atividade econômica paranaense.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO N° 2700

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental e com fulcro nos dispositivos constitucionais (art. 5° § 3° do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da C.F.), licença do seu Mandato Parlamentar, a partir do dia 03 e até o dia 10 de dezembro próximo vindouro, a fim de substituir o Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, arquiteto Jaime Lerner que estará em viagem ao exterior.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 187/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área com os limites adiante descritos, no Município de Matelândia, para que a população decida sobre a criação do Município de Ramilândia.

- Com o Município de Diamante D'Oeste, começa na foz do Rio Roselito no Rio São Francisco - falso braço Sul, subindo por este até a Foz do Rio Pavão, subindo por este até a divisa do lote 21-22, da Gleba 3, primeira e segunda parte, seguindo por esta divisa, passando pela divisa dos lotes 21-20, 20-23, 18-23, 18-24, 18-17, até o Rio São Domingos, subindo por este até a linha da divisa da Fazenda Padovani, situada nos lotes 12 e 14 (partes), da Gleba 3 primeira parte, até o Rio São Francisco-falso braço sul, subindo por este até a foz do Rio Banhadão.

- Com o Município de Matelândia, começa na foz do Rio Banhadão, subindo por este até a foz do Córrego Cascata, subindo por este até a Rodovia pavimentada PR-JG-001, seguindo por esta no sentido leste-oeste até o Rio São Domingos, subindo por este até a sua nascente daí em linha reta e seca pela divisa dos lotes

34-83, 34-84, 34-85, 34-86, 34-87, e 34-89, no marco M-55, localizado na margem do Rio Feijão Verde, seguindo por este água abaixo até o marco M-269, localizado na margem esquerda do Rio Feijão Verde, na divisa dos lotes 138-33, seguindo por este passando pela divisa dos lotes 138-40, 138-41, 138-42, 138-36, 105-36, 106-46, 135-46 e 135-40, até o marco M-308 localizado no travessão da divisa das colonizadoras Matelândia Ltda, Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda.

- Com o Município de Medianeira, começa no Marco M-308, localizado no travessão da divisa das Colonizadoras Matelândia Ltda e Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda, daí seguindo por este, rumo leste-oeste até o marco M-137, localizado na divisa do Município de Missal, que divide as colonizadoras Matelândia Ltda, Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda e Gaúcha Ltda.

- Com o Município de Missal, começa no marco M-137, em linha reta e seca rumo norte, na divisa das Glebas 07 e 09, ambas do Imóvel Guairacá, até o marco M-250, localizado na divisa do Imóvel Guairacá com a Colônia Rio Quarto, seguindo por esta divisa rumo leste-oeste, até o marco M-39, localizado na divisa do travessão da Gleba 03, Imóvel Rio Quarto - segunda parte, seguindo por esta em linha reta e seca rumo norte, até o marco M-215-212, no ponto comum de divisa dos Municípios de Missal e Santa Helena.

- Com o Município de Santa Helena, partindo do marco-215-212, em linha reta e seca rumo norte, até o Marco-43, localizado na margem direita do Rio Roselito, descendo por este até o ponto inicial.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(a) MÁRIO PEREIRA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Finda a leitura do Expediente.

Pequeno Expediente não há oradores. No Grande Expediente não há oradores.

Horário das Lideranças.

Não havendo oradores no Horário das Lideranças, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de n° 2700, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando licença do seu mandato parlamentar, a

partir do dia 03 a 10 de dezembro do corrente ano, em substituição ao Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, que estará em viagem ao exterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução, de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 168/90. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 588/90. Aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Há um requerimento na Mesa pedindo a retirada por três Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento de preferência de votação tem procedência sobre o requerimento de Vossa Excelência. Se o requerimento for aprovado o requerimento de Vossa Excelência fica prejudicado.

Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN - Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Eu solicito a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1° Secretário procederá à Chamada Nominal.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Pirajá Ferreira) - Proceda à Chamada Nominal.

O SR. NEIVO BERALDIN - Retiro a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está aprovado o projeto.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 554/90. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação, acima aprovados:

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n°

168/90, de autoria da Comissão Executiva, que aprova o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 168/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passa a vigorar na conformidade do texto anexo.

Art. 2° - Dentro de cento e oitenta dias, a contar de 01 de fevereiro de 1991, a Comissão Executiva elaborará e submeterá à apreciação do Plenário o Projeto de Regulamento de Pessoal para ajustá-lo às diretrizes estabelecidas no Regimento Interno.

Parágrafo Único - Ficam mantidas as normas administrativas em vigor, no que não contrariem o Regimento anexo até o início de sua vigência.

Art. 3° - A mesa apresentará projeto de resolução sobre o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Art. 4° - Ficam mantidas até o final da Sessão Legislativa em curso, com seus atuais Presidentes e Vice-Presidentes, as Comissões Permanentes criadas e organizadas na forma da Resolução n° 11/60, de 16 de novembro de 1960.

Art. 5° - Ficam mantidas, até o final da presente Legislatura, as lideranças constituídas, na forma das disposições anteriores.

Art. 6° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e o Regimento Interno anexo no dia 01 de fevereiro de 1991.

Art. 7° - Revogam-se a Resolução n° 11/60, de 16 de novembro de 1960, suas alterações e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

ÍNDICE GERAL

TÍTULO I -	Das Disposições Gerais
CAPÍTULO I -	Da Sede- art. 1°
CAPÍTULO II -	Das Sessões Legislativas- art. 2°
CAPÍTULO III -	Das Sessões Preparatórias
SEÇÃO I -	Da Posse- arts. 3° e 4°
SEÇÃO II -	Da eleição da Mesa- arts. 5° a 9°
CAPÍTULO IV -	Dos Líderes- arts. 10 a 12
CAPÍTULO V -	Dos Blocos Parlamentares- Arts. 13 a 18
TÍTULO II -	Dos Órgãos da Assembléia
CAPÍTULO I -	Da Mesa- arts. 15 a 18
SEÇÃO I -	Do Presidente- arts. 19 a

	22
SEÇÃO II -	Dos Secretários- arts. 23 e 24
CAPÍTULO II -	Da Procuradoria Parlamentar - art. 25
CAPÍTULO III -	Das Comissões
SEÇÃO I -	Disposições Gerais- arts. 26 a 28
SEÇÃO II -	Das Comissões Permanentes e sua competência- arts. 29 a 33.
SEÇÃO III -	Das Comissões Temporárias Arts. 34 a 40
SEÇÃO IV -	Da Presidência das Comissões- arts. 41 e 42
SEÇÃO V -	Dos Pareceres - art. 43
SEÇÃO VI -	Das Vagas e Impedimentos- Arts. 44 e 45
SEÇÃO VII -	Das Reuniões- arts. 46 a 49
SEÇÃO VIII -	Dos Trabalhos - arts. 50 a 55.
SEÇÃO IX -	Do Assessoramento Legislativo- art. 56
CAPÍTULO IV -	Do subsídio e Ajuda de Custo- arts. 57 a 67
CAPÍTULO V -	Da Extinção e da Perda do Mandato - arts. 68 a 75.
CAPÍTULO VI -	Da Convocação do Suplente art. 76.
TÍTULO III -	Dos Trabalhos da Assembléia
CAPÍTULO I -	Das Sessões, da Assembléia arts. 77 a 87
SEÇÃO I -	Das Sessões Públicas- arts. 88 a 94
SEÇÃO II -	Das Sessões Secretas- arts. 95 e 96
SEÇÃO III -	Da Audiência dos Secretários de Estado- arts. 97 a 100
SEÇÃO IV -	Da Ordem do Dia - arts. 101 a 103
CAPÍTULO II -	Das Questões de Ordem - arts. 104 a 106
CAPÍTULO III -	
SEÇÃO I -	Da Comissão Geral- art. 107
SEÇÃO II -	Da Comissão Representativa da Assembléia- art. 108
CAPÍTULO IV -	Da Ordem Interna- arts. 109 a 113
CAPÍTULO V -	Das Atas - arts. 114 a 117
TÍTULO IV -	Da Elaboração Legislativa
CAPÍTULO I -	Das Proposições em Geral- arts. 118 e 121
SEÇÃO I -	Dos Projetos- arts. 122 a 127
SEÇÃO II -	Das Indicações- art. 128
SEÇÃO III -	Dos Requerimentos- arts. 129 a 136
SEÇÃO IV -	Das Emendas - arts. 137 a

	142
CAPÍTULO II -	Das Discussões
SEÇÃO I -	Disposições Gerais - arts. 143 a 158
SEÇÃO II -	Do Adiamento da Discussão art. 159
CAPÍTULO III -	Da votação
SEÇÃO I -	Disposições Gerais - arts. 160 a 163
SEÇÃO II -	Dos Processos de Votação arts. 164 a 169
SEÇÃO III -	Do Método de Votação e do Destaque - arts. 170 e 171
SEÇÃO IV -	Do Encaminhamento da Votação- arts. 172 a 174.
SEÇÃO V -	Do Interstício - arts. 175 e 176.
CAPÍTULO IV -	Da Preferência- arts. 177 a 181
CAPÍTULO V -	Da Urgência- arts. 182 a 186
CAPÍTULO VI -	Da Redação Final - arts. 187 a 189.
CAPÍTULO VII -	Do Autógrafo - arts. 190 e 191.
TÍTULO V -	Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais
CAPÍTULO I -	Da Proposta de Emenda à Constituição- arts. 192 a 199.
CAPÍTULO II -	Dos Projetos de Iniciativa do Governador do Estado com solicitação de Urgência art. 200
CAPÍTULO III -	Dos Projetos de Código e Consolidação de Leis- arts. 201 e 202
CAPÍTULO IV -	Do Projeto Orçamentário- arts. 203 a 214
CAPÍTULO V -	Dos Projetos Vetados- art. 215
CAPÍTULO VI -	Da Indicação do Conselheiro do Tribunal de Contas e do Procurador Geral da Justiça do Estado- arts. 216 a 223
CAPÍTULO VII -	Das Modificações do Regimento Interno - art. 204
CAPÍTULO VIII -	Da autorização para o Governador e o Vice-Governador do Estado se ausentarem do País ou do Estado art. 225.
CAPÍTULO IX -	Das Leis Delegadas- arts. 226 a 233
CAPÍTULO X -	Da autorização para instauração de Processo Criminal contra o Governador e o Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado- art. 234
CAPÍTULO XI -	Do processo nos crimes de responsabilidade do Governador e Vice-Governador do

Estado e dos Secretários de Estado - art. 235

CAPÍTULO XII - Da criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios- arts. 236 a 238

TÍTULO VI -

CAPÍTULO ÚNICO - Do Decoro Parlamentar - arts. 239 a 243

TÍTULO VII - Da Participação da Sociedade Civil

CAPÍTULO ÚNICO- Da Iniciativa de Leis - art. 244

TÍTULO VIII -

CAPÍTULO ÚNICO- Da Secretaria da Assembléia - arts. 245 e 246

TÍTULO IX -

CAPÍTULO ÚNICO - Das Disposições Finais arts. 247 a 250.

REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DA SEDE

Art. 1º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sede na Capital do Estado, funciona no Palácio Dezenove de Dezembro.

Parágrafo Único - Havendo motivo relevante, ou de força maior a Assembléia Legislativa poderá, por deliberação da Mesa "ad referendum" da maioria absoluta dos Deputados, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso do Território Estadual.

CAPÍTULO II

DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

Art. 2º - A Assembléia Legislativa reunir-se-á durante as sessões legislativas:

I - ordinárias, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;

II - extraordinárias, quando, com este caráter, a mesma for convocada.

§ 1º - As reuniões marcadas para as datas a que se refere o inciso I serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos e feriados.

§ 2º - A primeira e a terceira sessões

legislativas ordinárias de cada legislatura serão precedidas de sessões preparatórias.

§ 3º - A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 30 de junho enquanto não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias pela Assembléia Legislativa.

§ 4º - Quando convocada extraordinariamente a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre matéria objeto da convocação.

CAPÍTULO III

DAS SESSÕES PREPARATÓRIAS

SEÇÃO I

DA POSSE

Art. 3º - O candidato diplomado Deputado Estadual deverá apresentar à Mesa, pessoalmente ou por intermédio do Partido, até 31 de janeiro do ano de instalação de cada Legislatura, o diploma expedido pela Justiça eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar, legenda partidária e unidade Municipal de que proceda a representação.

§ 1º - O nome parlamentar compor-se-á, salvo quando, a juízo do Presidente, devam ser evitadas confusões, apenas de dois elementos: um prenome e o nome; dois nomes, ou dois prenomes.

§ 2º - Caberá à 1.ª Secretaria organizar a relação dos Deputados diplomados, que deverá estar concluída antes da instalação da sessão de posse.

§ 3º - A relação será feita na sucessão alfabética dos nomes parlamentares, com as respectivas legendas partidárias.

Art. 4º - Às quinze horas do dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, os candidatos diplomados Deputados Estaduais reunir-se-ão na sede da Assembléia Legislativa do Estado.

§ 1º - Assumirá a direção dos trabalhos o último Presidente se reeleito Deputado, e, na sua falta, o Deputado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 2º - Aberta a sessão, o Presidente convocará dois Deputados, de preferência de Partidos diferentes, para servirem de Secretários e proclamará os nomes dos Deputados, constantes da relação a que se refere o artigo anterior.

§ 3º - Examinadas e decididas pelo Presidente as reclamações atinentes à relação nominal de Deputados, será tomado o compromisso solene dos Deputados. De pé todos os presentes, o Presidente profirirá a seguinte declaração: "PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A ESTADUAL, DESEM-

PENHAR LEALMENTE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E PROMOVER O BEM DO PARANÁ". Ato contínuo, feita a chamada pelo Presidente, cada Deputado, de pé, ratificará dizendo: "ASSIM O PROMETO", permanecendo os demais sentados e em silêncio.

§ 4º - O conteúdo do compromisso e o ritual de sua prestação não poderá ser modificado, o compromisso não poderá apresentar, no ato, declaração oral ou escrita nem ser o Deputado empossado através de procurador.

§ 5º - O Deputado empossado posteriormente prestará o compromisso em sessão e junto à Mesa, exceto durante o período de recesso da Assembléia Legislativa, quando será perante o Presidente.

§ 6º - Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovados, a posse dar-se-á no prazo de quinze dias; prorrogáveis por igual tempo a requerimento do interessado, contando:

I - da primeira sessão preparatória para instalação da primeira sessão legislativa da legislatura;

II - da diplomação, se eleito Deputado durante a legislatura;

III - da ocorrência do fato que a ensejar por convocação do Presidente.

§ 7º - Tendo prestado o compromisso uma vez, é o Suplente de Deputado dispensado de fazê-lo em convocações subseqüentes, bem como o Deputado ao reassumir o lugar, sendo a sua volta ao exercício do mandato comunicado à Casa pelo Presidente.

§ 8º - Não se considera investido no mandato de Deputado Estadual quem deixar de prestar o compromisso nos termos regimentais.

§ 9º - O Presidente fará publicar no Diário da Assembléia do dia seguinte a relação dos Deputados investidos no mandato, organizada com os critérios fixados no § 3º, do Art. 3º, a qual, com as modificações posteriores, servirá para o registro do comparecimento e verificação do quórum necessário à abertura da sessão, bem como para as votações nominais e por escrutínio secreto.

SEÇÃO II

DA ELEIÇÃO DA MESA

Art. 5º - Na segunda sessão preparatória da primeira Sessão Legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível, sob a direção da Mesa da Sessão anterior, realizar-se-á a eleição do Presidente.

Parágrafo Único - Depois de proclamar o eleito, o Presidente das primeiras sessões preparatórias dará por finda a sua incumbência.

Art. 6º - A sessão preparatória se-

guinte será presidida pelo Presidente eleito, que convidará dois Deputados presentes Secretários provisórios, realizando-se, nesse mesmo dia, a eleição de dois Vice-Presidentes e de quatro Secretários.

§ 1º - Os membros da Mesa terão um mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subseqüente.

§ 2º - Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.

§ 3º - Enquanto não for escolhido o Presidente, não se procederá à eleição para os demais cargos.

§ 4º - Esta eleição será feita em duas cédulas, sendo uma para os Vice-Presidentes e outra para o 1º, 2º, 3º e 4º Secretários.

Art. 7º - No terceiro ano de cada legislatura a primeira sessão preparatória se iniciará sob a direção da Mesa da sessão anterior, dois dias antes do designado para o início dos respectivos trabalhos, procedendo-se, à eleição da nova Mesa, observadas as normas desta Capítulo.

§ 1º - A convocação para a sessão preparatória a que se refere este artigo far-se-á antes de encerrada a segunda sessão legislativa ordinária.

§ 2º - Havendo quórum, realizar-se-á a eleição do Presidente e dos demais membros da Mesa.

§ 3º - Enquanto não for eleito o novo Presidente, dirigirá os trabalhos da Assembléia Legislativa a Mesa da sessão anterior.

Art. 8º - A eleição dos membros da Mesa far-se-á por escrutínio secreto, exigida a maioria de votos, em primeiro escrutínio, e maioria simples, em segundo escrutínio, presente a maioria dos Deputados observadas as exigências e formalidades seguintes:

I - chamada nominal para a votação;

II - cédulas impressas ou datilografadas, contendo cada uma somente o nome do votado e o cargo a que concorre;

III - colocação, em cabina indevassável, das cédulas em sobrecartas que resguardem o sigilo do voto;

IV - colocação das sobrecartas em urna, à vista do Plenário;

V - acompanhamento dos trabalhos de apuração, junto à Mesa, por dois ou mais Deputados indicados à Presidência por Partidos ou Blocos Parlamentares diferentes e por candidatos avulsos;

VI - o Secretário designado pelo Presidente retirará as sobrecartas da urna, conta-las-á e, verificada a coincidência do seu número com o dos votantes, do que será cientificado o Plenário, abri-las-á e separará as cédulas pelos cargos a preen-

cher;

VII - leitura, pelo Presidente, dos nomes dos votados;

VIII - proclamação dos votos, em voz alta, por um Secretário, e a sua anotação por outro Secretário, à medida que apurados;

IX - invalidação da cédula que não atenda ao disposto no inciso II;

X - redação, pelos Secretários, e leitura, pelo Presidente, do resultado de cada eleição, na ordem decrescente dos votados;

XI - realização de segundo escrutínio, com os dois mais votados para cada cargo, quando, no primeiro, não se alcançar maioria absoluta;

XII - eleição do candidato mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas, em caso de empate;

XIII - proclamação, pelo Presidente, do resultado final e posse imediata dos eleitos.

Art. 9º - Se até 30 de novembro do segundo ano de mandato se verificar qualquer vaga na Mesa, a mesma será preenchida mediante eleição, dentro de cinco dias, observadas as disposições do artigo precedente. Ocorrida a vacância depois dessa data, a Mesa designará um dos membros titulares para responder pelo cargo.

CAPÍTULO IV

DOS LÍDERES

Art. 10 - Os Deputados são agrupados por representações partidárias ou de Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o Líder quando a representação for igual ou superior a três Deputados.

§ 1º - Cada Líder poderá indicar dois Vice-Líderes.

§ 2º - A escolha de Líder será comunicada à Mesa, no início de cada legislatura, ou após a criação de Bloco Parlamentar, em documento subscrito pela maioria dos integrantes da representação.

§ 3º - Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação.

§ 4º - O Partido com bancada inferior a três Deputados não terá lideranças, mas poderá indicar um de seus integrantes para expor a posição do Partido quando da votação de proposições, ou para uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.

§ 5º - Os Líderes e Vice-Líderes não poderão integrar a Mesa.

Art. 11 - O Líder, além de outras

atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I - fazer uso da palavra, pessoalmente, ou por intermédio de Vice-Líderes, em defesa da respectiva linha política, no período das comunicações de lideranças;

II - participar, pessoalmente ou por intermédio dos Vice-Líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer a verificação desta;

III - encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior a dez minutos;

IV - indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões, e, a qualquer tempo, substituí-los.

Art. 12 - O Governador do Estado poderá indicar Deputados para exercerem a liderança do Governo, composta de Líder e dois Vice-Líderes, com as prerrogativas constantes dos incisos I, II e III do art. 10.

CAPÍTULO V

DOS BLOCOS PARLAMENTARES

Art. 13 - As representações de dois ou mais Partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir Blocos Parlamentares, sob liderança comum.

§ 1º - O Bloco Parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Casa.

§ 2º - As lideranças dos Partidos que se coligarem em Bloco Parlamentar perdem suas prerrogativas regimentais.

§ 3º - Não será admitida a formação de Bloco Parlamentar composto de menos de três Deputados.

§ 4º - Se o desligamento de uma bancada implicar a perda do quórum fixado no parágrafo anterior, extingue-se o Bloco Parlamentar.

§ 5º - O Bloco Parlamentar tem existência circunscrita à Legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores serem apresentados à Mesa para registro e publicação.

§ 6º - Dissolvido o Bloco Parlamentar, ou modificada o quanto da representação que o integrava em virtude da desvinculação de Partidos, será revista a composição das Comissões, mediante provocação de Partido ou de Bloco Parlamentar, para o fim de redistribuir os lugares e cargos, consoante o princípio da proporcionalidade partidária.

§ 7º - Ocorrendo a hipótese prevista na parte final do parágrafo anterior, con-

sideram-se vagos, para efeito de nova indicação ou eleição, os lugares e cargos exclusivamente em decorrência da participação do Bloco Parlamentar na composição da Comissão.

Art. 14 - A agremiação que integrava Bloco Parlamentar dissolvido, ou a que se desvincular, não poderá constituir ou integrar outro na mesma sessão Legislativa.

Parágrafo Único - A agremiação integrante de Bloco Parlamentar não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLÉIA

CAPÍTULO I

DA MESA

Art. 15 - À Mesa da Assembléia, composta de Presidente, dois Vice-Presidentes e quatro Secretários, compete a direção de todos os trabalhos.

§ 1º - Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1º Vice-Presidente e, na sua ausência ou impedimento deste, pelo 2º Vice-Presidente, os 1º e 2º Secretários serão substituídos, respectivamente, pelo 3º e 4º Secretários.

§ 2º - Se, durante a sessão, não estiverem presentes os Vice-Presidentes, o Presidente poderá passar a presidência aos Secretários, na ordem numérica.

§ 3º - A convite do Presidente, qualquer Deputado poderá exercer as funções de Secretário, quando se verificar a ausência dos titulares.

§ 4º - Nenhum membro da Mesa poderá deixar sua cadeira sem que possa ser substituído imediatamente.

Art. 16 - A Mesa eleita no início de cada Sessão Legislativa servirá também nas Extraordinárias e em todas as prorrogações.

Parágrafo Único - As funções dos membros da Mesa da Assembléia somente cessarão.

I - ao findar a Legislatura, no início das sessões preparatórias da Legislatura seguinte;

II - nos demais anos da Legislatura, com a eleição da Mesa.

Art. 17 - Os membros efetivos da Mesa, bem como os Vice-Presidentes, não poderão fazer parte de qualquer Comissão Permanente ou Especial, a não ser da Executiva, da qual são membros natos.

Art. 18 - À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I - tomar todas as providências neces-

sárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - dirigir os serviços da Assembléia, durante as sessões Legislativas e nos interregnos.

III - prover a polícia da Assembléia;

IV - encaminhar ao Poder Executivo os requerimentos de informações;

V - apresentar à Assembléia, na sessão de encerramento do ano Legislativo, resenha dos trabalhos realizados, precedida de suscinto relatório sobre o seu trabalho.

VI - promover a realização de campanhas educativas e divulgações permanentes, bem como adotar as medidas adequadas para promoção e valorização do Poder Legislativo, com o objetivo de fortalecimento das instituições democráticas;

VII - declarar perda de mandato de Deputado nos termos previstos na Constituição do Estado.

VIII - promulgar emendas à Constituição.

IX - propor ao Plenário a sustação de processo criminal contra Deputado, na forma da Constituição.

SEÇÃO I

DO PRESIDENTE

Art. 19 - O Presidente é o órgão da Assembléia, quando ela houver de se enunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, na conformidade deste Regimento.

Art. 20 - São atribuições do Presidente, além de outras conferidas neste Regimento.

I - presidir às sessões plenárias da Assembléia.

II - abrir e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento.

III - fazer ler, quando necessário, o Expediente pelo 1º Secretário, inclusive as mensagens e correspondências do Poder Executivo e Judiciário.

IV - conceder a palavra aos Deputados nos termos do regimento;

V - dar posse aos Deputados;

VI - convidar o orador a declarar, previamente, se vai falar a favor da proposição em discussão, ou contra a mesma;

VII - interromper o orador que se desviar da questão, faltar à consideração aos Poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra;

VIII - chamar a atenção do orador, ao terminar a hora do expediente e da Ordem do Dia, ou quando se esgotar o tempo a que tem direito de ocupar a tribuna;

IX - anunciar a Ordem do Dia e o número de Deputados presentes;

X - submeter a discussão e a votação

matéria a isso destinada;

XI - estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;

XII - anunciar o resultado da votação;

XIII - nomear, por autorização da Assembléia, Comissões Externas;

XIV - designar, de acordo com a indicação partidária, substitutos para membros das Comissões, em suas vagas ou em seus impedimentos;

XV - promover e regular a publicação dos debates e de todos os trabalhos e atos da Assembléia, bem como das proposições promulgadas;

XVI - não permitir a publicação de expressão e conceitos vedados pelo Regimento;

XVII - organizar e designar a Ordem do Dia seguinte;

XVIII - informar a Assembléia sobre qualquer questão de ordem ou de prática parlamentar;

XIX - suspender a sessão, deixando a cadeira da Presidência, quando as circunstâncias o exigirem;

XX - levantar a sessão;

XXI - assinar todas as resoluções, mensagens e atos da Assembléia;

XXII - assinar a correspondência destinada ao Governador, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Tribunal Eleitoral e às Assembléias de outros Estados;

XXIII - convocar sessões extraordinárias, diurnas ou noturnas;

XXIV - presidir a Comissão Executiva, tomar parte nas suas discussões e deliberações com direito a voto e assinar os respectivos atos;

XXV - substituir, nos termos da Constituição, o Governador do Estado;

XXVI - promulgar leis, resoluções e emendas à Constituição;

XXVII - resolver todas as questões de ordem que ocorrem durante as sessões;

XXVIII - resolver sobre requerimento que lhe forem apresentados de acordo com o regimento;

XXIX - zelar pelo prestígio da Assembléia e dignidade de seus membros em todo o território do Estado;

Art. 21 - O Presidente da Assembléia não poderá votar, exceto nos casos de empate, ou de escrutínio secreto.

Parágrafo Único - Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a cadeira interinamente ao seu substituto, enquanto se tratar do objeto que se propuser discutir.

Art. 22 - Sempre que o Presidente não se achar no recinto à hora regimental de início dos trabalhos, o 1º Vice-Presidente e, em sua falta, o 2º Vice-Presidente

substituí-lo-á no desempenho de suas funções, cedendo-lhe o lugar, logo que estiver presente.

Parágrafo Único - Quando o Presidente tiver de deixar a sua cadeira, durante a sessão, proceder-se-á da mesma forma.

SEÇÃO II

DOS SECRETÁRIOS

Art. 23 - São atribuições do 1º Secretário:

I - fazer a chamada dos Deputados, nos casos previstos neste Regimento;

II - proceder à leitura da matéria que constar no Expediente;

III - despachar toda a matéria do Expediente;

IV - receber, mandar fazer e assinar a correspondência oficial da Assembléia;

V - receber, igualmente, as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembléia;

VI - fazer recolher e guardar em boa ordem as proposições, para apresentá-las oportunamente;

VII - assinar, depois do Presidente, as Atas das sessões, bem como todas as Resoluções da Assembléia;

VIII - contar os Deputados em verificação de votação;

IX - inspecionar os trabalhos da Secretaria, fazer observar o seu regulamento, interpretá-lo e fiscalizar as suas despesas;

X - providenciar para que sejam entregues aos Deputados, à medida que forem chegando no recinto, os exemplares do Diário da Assembléia e os avulsos impressos da matéria da Ordem do Dia;

XI - tomar nota das discussões e votações da Assembléia em todos os papéis sujeitos à sua guarda, autenticando-os com sua assinatura;

XII - mandar passar as certidões e entregar os documentos que estiverem na Secretaria, mediante requerimento dos interessados;

XIII - sobrepor emendas aos projetos recebidos sem elas;

XIV - dar posse ao Diretor Geral da Secretaria.

Art. 24 - São atribuições do 2º Secretário:

I - fiscalizar a redação das Atas e fazer-lhes a leitura;

II - assinar, depois do 1º Secretário, as Atas e as resoluções da Assembléia;

III - escrever as Atas das sessões secretas;

IV - auxiliar o 1º Secretário a fazer a correspondência oficial da Assembléia;

V - substituir o 1º Secretário nas suas faltas e impedimentos.

CAPÍTULO II

DA PROCURADORIA PARLAMENTAR

Art. 25 - A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Assembléia, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão de exercício do mandato ou das suas funções institucionais.

§ 1º - A Procuradoria será constituída pelos Procuradores efetivos da Secretaria da Assembléia.

§ 2º - A Procuradoria Parlamentar providenciará ampla publicidade reparadora, além da divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, o órgão de comunicação ou imprensa que veicular matéria ofensiva à Casa ou a seus membros.

§ 3º - A Procuradoria promoverá, por intermédio do Ministério Público do Estado ou de mandatários advocatícios, as medidas judiciais cabíveis para obter ampla reparação.

CAPÍTULO III

DAS COMISSÕES

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 - As Comissões da Assembléia Legislativa são:

I - PERMANENTES, as de caráter técnico-legislativo ou especializado integrantes da estrutura institucional da Casa, co-partícipes e agentes do processo legislativo, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao exame e sobre eles deliberar, assim como o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Estado, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II - TEMPORÁRIAS, as criadas para apreciar determinado assunto, que se extingue ao término da Legislatura, ou antes dele, quanto ao fim a que se destinam ou expirado seu prazo.

Art. 27 - Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa.

Art. 28 - Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

I - discutir e votar as proposições que lhe forem distribuídas, sujeitas à deliberação do Plenário;

II - discutir e votar projetos de lei, dispensando a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Assembléia Legislativa e exce-
tuados os projetos:

- a) de lei complementar;
- b) de código;
- c) de iniciativa popular;
- d) de comissões;
- e) relativos a matéria que não possa ser objeto de delegação;
- f) que tenham recebido pareceres divergentes;
- g) em regime de urgência.

III - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

IV - convocar Secretários de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, ou conceder-lhe audiência para expor assunto de relevância de sua Secretaria;

V - encaminhar, através da Mesa, pedidos de informações a Secretários de Estado;

VI - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VII - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VIII - apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

IX - exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional do Estado e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

X - determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

XI - exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta;

XII - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, palestras ou seminários;

XIII - solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da adminis-

tração pública direta, indireta ou fundações e da sociedade civil, para elucidação de matérias sujeitas a seu pronunciamento, não implicando a diligência dilação de prazos.

§ 1º - Aplicam-se à tramitação dos projetos de lei submetidos à deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

§ 2º - As atribuições contidas no inciso V do caput não excluem a iniciativa concorrente de Deputados.

SEÇÃO II

DAS COMISSÕES PERMANENTES E SUA COMPETÊNCIA

Art.29 - A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

Art.30 - As Comissões Permanentes são:

I - Comissão Executiva;

II - Comissão de Constituição e Justiça;

III - Comissão de Finanças;

IV - Comissão de Orçamento;

V - Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio;

VI - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;

VII - Comissão de Educação, Cultura e Esportes;

VIII - Comissão de Terras, Imigração e Colonização;

IX - Comissão de Segurança Pública;

X - Comissão de Saúde Pública;

XI - Comissão de Redação;

XII - Comissão de Tomada de Contas;

XIII - Comissão de Turismo;

XIV - Comissão de Ecologia e Meio-Ambiente;

XV - Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa.

Parágrafo Único - As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Executiva, que é constituída pelo Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, e a de Constituição e Justiça, que se compõe de quinze membros.

Art.31 - As Comissões Permanentes organizar-se-ão dividindo-se o número de membros da Assembléia pelo número de membros de cada comissão e o número de Deputados de cada Partido ou Bloco Parlamentar, pelo quociente assim obtido. O quociente final representará o número de membros do Partido ou Bloco Parlamentar, cujos nomes serão indicados pelo respectivo Líder.

Parágrafo Único - Se por esse processo não se preencherem todos os lugares de cada Comissão, caberão os lugares vagos aos Partidos ou Blocos Parlamentares ainda não

representados, na ordem decrescente do número de membros de bancada.

Art.32 - Cada Partido ou Bloco Parlamentar terá em cada Comissão tantos suplentes quantos os seus membros efetivos.

Art.33 - Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

I - dar parecer sobre proposições referentes aos assuntos de sua especialização;

II - promover estudos sobre problemas de interesse público relativos à sua competência;

III - acompanhar as atividades das Secretarias de Estado, entidades autárquicas ou paraestatais, relacionadas com a sua especialização;

IV - tomar a iniciativa da elaboração de proposições ligadas aos estudos que realizar.

§ 1º - À Comissão Executiva compete:

I - opinar sobre as modificações do Regimento Interno;

II - dispor sobre criação, transformação ou extinção de seus serviços e da administração indireta sob sua vinculação e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - promover os cargos dos serviços administrativos;

IV - conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;

V - julgar concorrência e demais licitações;

VI - autorizar despesa, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;

VII - elaborar a proposta orçamentária da Assembléia e encaminhá-la ao Poder Executivo;

VIII - propor à Assembléia a criação ou modificação de seus serviços, dar parecer sobre projetos a eles relativos e baixar os respectivos regulamentos;

IX - interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos;

X - encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos dos seus serviços;

XII - autorizar a realização de concurso público;

XIII - aprovar o orçamento analítico da Assembléia.

§ 2º - À Comissão de Constituição e Justiça compete manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através

de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

- I - criação de municípios;
- II - incorporação, fusão e desmembramento de município;
- III - perda de mandato de Deputado;
- IV - transferência temporária da sede do Governo;
- V - organização dos Poderes do Estado;
- VI - Ministério Público;
- VII - intervenção nos Municípios;
- VIII - alterações de códigos;
- IX - organização e divisas judiciais;
- X - autorização para o Governador e Vice-Governador ausentarem-se do País e do Estado;
- XI - escolha do Procurador-Geral da Justiça do Estado e do Conselheiro do Tribunal de Contas;
- XII - declaração de utilidade pública de associações civis.

§ 3º - À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária, empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador e do vice-Governador do Estado; e, submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 05 de setembro de 1986.

§ 4º - À Comissão de Orçamento compete manifestar-se sobre a proposta de Orçamento-Programa, Orçamento Plurianual de Investimentos do Estado e o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, organizando, na sua falta, o projeto de lei orçamentária à base do orçamento em vigor; fiscalização de execução do orçamento; e, abertura de crédito.

§ 5º - À Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio compete manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo; defesa animal e vegetal, irrigação e insumos; às industriais e comerciais; subvenções, favores a quaisquer dessas atividades;

§ 6º - À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações compete manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo; interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e sobre comunicação em geral;

§ 7º - À Comissão de Educação, Cultura e Esportes compete manifestar-se sobre a educação e instrução pública ou particular; ao desenvolvimento cultural; ao desenvolvimento arqueológico e artístico; ao patrimônio histórico; ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador.

§ 8º - À Comissão de Terras, Imigração e Colonização compete manifestar-se sobre as proposições relativas à exploração e aproveitamento de terras públicas; a fixação do homem na terra e a programas de colonização.

§ 9º - À Comissão de Segurança Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar e Polícia Civil, assim como referentes à ordem e à segurança pública.

§ 10 - À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária; controle de drogas, medicamentos e alimentos; exercício da medicina e profissões afins.

§ 11 - À Comissão de Redação compete preparar a redação final das proposições, observadas as exceções regimentais.

§ 12 - À Comissão de Tomada de Contas compete manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas; tomar as contas do Governador; fiscalizar as entidades da administração indireta, apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.

§ 13 - À Comissão de Turismo compete manifestar-se sobre as proposições relativas ao turismo interno e ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do Exterior.

§ 14 - À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente; as que visam à conservação da natureza e a evitar a depredação dos recursos naturais.

§ 15 - À Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa, prevista no art. 76 da constituição do Estado, terá as seguintes atribuições:

I - apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II - solicitar à autoridade responsável que, no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários;

III - não prestados os esclarecimentos, a Comissão solicitará do Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias;

IV - entendendo o Tribunal que a despesa é irregular, a Comissão, se julgar

que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá à Assembléia Legislativa sua sustação, se ainda não realizado, ou reembolso, se já realizado.

V - a Comissão, se assim deliberar, poderá solicitar ao Tribunal de Contas a designação de técnico para, juntamente com seus Membros, efetuar, in loco, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos Três Poderes, da administração direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos dos arts. 74 e 75, inciso IV, da Constituição Estadual;

VI - fiscalizar a aplicação da Lei n° 8358, de 05 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos e não cumprimento do disposto em seu art. 1°, § 2°, ou de constatação de irregularidades no processo licitatório.

SEÇÃO III

DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Art. 34 - As Comissões Temporárias são:

- I - Especiais;
- II- de Inquérito
- III- Externas.

§ 1° - As Comissões Temporárias compor-se-ão de tantos membros quantos forem previstos no ato de sua constituição.

§ 2° - Os membros da Comissão Temporária serão designados pelo Presidente por indicação dos Líderes, ou independente dela se, no prazo de quarenta e oito horas após ser criada, não se fizer a escolha.

§ 3° - Na constituição das Comissões Temporárias observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os Partidos ou Blocos Parlamentares possam fazer-se representar.

§ 4° - A participação do Deputado em Comissão Temporária, cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em Comissões Permanentes.

Art. 35 - As Comissões Especiais serão constituídas por determinação da Assembléia, mediante requerimento escrito com a indicação do assunto de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração.

Art. 36 - A Assembléia, a requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer um deles, individualmente, mediante deliberação do Plenário, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios

das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1° - Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2° - Recebido o requerimento, o Presidente o madará à publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário devolvê-lo-á ao Autor, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3° - A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até a metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4° - Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembléia, salvo mediante projeto de resolução.

§ 5° - A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária.

§ 6° - Do ato de criação constarão a previsão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e a administração da Casa o atendimento preferencial das providências que solicitar.

Art. 37 - A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica.

I - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembléia, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Ministério Público, necessários aos seus trabalhos;

II - determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer audiência de Deputados e Secretários de Estado, tomar depoimento de autoridades estaduais e municipais e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais.

III - incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Assembléia, da realização de sindicância ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa;

IV - deslocar-se a qualquer ponto do território estadual para a realização de

investigações e audiências públicas;

V - estipular prazo para o atendimento de qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

VI - estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas da lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VII - se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo Único - As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.

Art. 38 - Ao término dos trabalhos a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com as conclusões, que será publicado no Diário da Assembléia e encaminhado:

I - à Mesa, para as providências de alçada desta ou do Plenário, oferecendo, conforme o caso, projeto de resolução ou de decreto legislativo, ou indicação, que será incluída na Ordem do Dia dentro de cinco sessões;

II - ao Ministério Público do Estado, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

III - ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes de dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando prazo hábil para seu cumprimento;

IV - à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior;

V - ao Tribunal de Contas do Estado para as providências contidas na Constituição Estadual.

Parágrafo Único - nos casos dos incisos I, II e V, a remessa será feita pelo Presidente da Assembléia, no prazo de cinco sessões.

Art. 39 - As Comissões Permanentes e as Especiais poderão reunir-se fora do Poder Legislativo e deslocar para qualquer parte do território do Estado, dependendo de aprovação da Comissão por maioria absoluta de seus membros à vista de solicitação fundamentada e subscrita pela totalidade de seus membros.

Art. 40 - As Comissões Externas poderão ser instituídas pelo Plenário da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, para cumprir missão temporária autorizada, sujeita à deliberação do Plenário quando importarem ônus pa-

ra a Casa.

Parágrafo Único - Para os fins deste artigo, considera-se missão autorizada aquela que implicar o afastamento do Deputado pelo prazo máximo de oito sessões, se exercida no País, e de trinta, se desempenhada no exterior, para representar a Assembléia nos atos a que tenha sido convidada ou a que haja de assistir.

SEÇÃO IV

DA PRESIDÊNCIA DAS COMISSÕES

Art. 41 - Se qualquer das Comissões, Permanentes, Especiais ou de Inquérito, não se instala dentro de cinco dias, contados da sua organização, o Presidente da Assembléia convocará os seus membros, com a antecedência de vinte e quatro horas, para se reunirem em uma das salas do Edifício da Assembléia, sob a Presidência do 1º Vice-Presidente da Assembléia, e elegerem o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

Parágrafo Único - Nas ausências e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, que, nas mesmas hipóteses, será substituído pelo membro mais idoso.

Art. 42 - Ao Presidente compete:

a) convocar a reunião da Comissão todas as vezes que julgar necessário, ou sempre que for solicitado por qualquer de seus membros, devendo a reunião ser anunciada com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas;

b) presidir a todas as reuniões e dirigir-lhe os trabalhos, designando relatores, distribuindo a matéria, regulando os debates, promovendo a publicação das Atas, suspendendo os trabalhos, quando julgar necessário, e, resolvendo, de acordo com o regimento, todas as questões de ordem;

c) solicitar ao Presidente da Assembléia substitutos para os membros da Comissão, ausentes ou impedidos;

d) usar o órgão da comunicação da Comissão, com a Mesa;

e) usar do voto de qualidade no caso de empate da votação.

Parágrafo Único - Assiste ao Presidente o direito de avocar os projetos de lei que desejar relatar.

SEÇÃO V

DOS PARECERES

Art. 43 - Parecer é o pronunciamento de Comissões sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 1º - As Comissões deverão apresentar parecer às proposições, mensagens e demais

papéis sujeitos à sua deliberação.

§ 2º - Os pareceres serão redigidos por escrito, em termos explícitos, sobre conveniência da aprovação ou da rejeição da matéria a que se reportem e terminarão por conclusões sintéticas.

§ 3º - Excepcionalmente, nos casos expressamente previstos no Regimento, os pareceres poderão ser verbais.

SEÇÃO VI

DAS VAGAS E IMPEDIMENTOS

Art. 44 - As vagas nas Comissões verificar-se-ão:

I - com a cassação do mandato legislativo;

II - com a renúncia;

III - com a opção;

IV - com a perda de lugar.

§ 1º - A renúncia de qualquer membro de Comissão será ato acabado e definitivo.

§ 2º - Os membros da Comissão Executiva não poderão fazer parte de outra Comissão Permanente. O membro que é eleito para a Executiva e que não optar por uma delas, dentro de quarenta e oito horas, considerar-se-á como tendo preferido continuar naquela em que já figurava.

§ 3º - O membro da Comissão que deixar de comparecer a três reuniões consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, substituto pelo Presidente da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado.

§ 4º - O Presidente da Assembléia preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões, dentro de quarenta e oito horas, de acordo com a indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o substituto.

§ 5º - Quando a vaga se verificar na Comissão Executiva, em consequência de qualquer dos casos referidos no art. 44, ou por falta de comparecimento, sem causa justificada e devidamente comunicada por mais de quinze dias consecutivos, o preenchimento far-se-á por eleição, de conformidade com o art. 9º.

Art. 45 - O membro da Comissão que não puder comparecer às reuniões deverá disso dar conhecimento ao seu Presidente.

§ 1º - O Presidente da Assembléia, de ofício, a requerimento do Presidente da Comissão ou em consequência da comunicação de qualquer Deputado, designará substituto, por indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o impedido ou ausente.

§ 2º - Cessará a permanência do substituto na Comissão, desde que o substituto compareça às suas reuniões.

SEÇÃO VII

DAS REUNIÕES

Art. 46 - As Comissões Permanentes reunir-se-ão ordinariamente na sede da Assembléia, em dias e horas prefixadas, de terça a quinta-feira a partir das nove horas, ressalvadas as convocações de Comissões Parlamentares de Inquérito que se realizarem fora da Capital.

§ 1º - Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da Sessão Ordinária ou Extraordinária da Assembléia Legislativa.

§ 2º - O Diário da Assembléia publicará, semanalmente, a relação das Comissões com designação do local e da hora em que se realizem suas reuniões.

Art. 47 - As reuniões extraordinárias das Comissões terão lugar por convocação dos respectivos Presidentes, de ofício, ou a requerimento de um terço de seus membros.

Art. 48 - As reuniões ordinárias ou extraordinárias das Comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, a juízo do Presidente.

Art. 49 - As reuniões das Comissões serão públicas, salvo disposições em contrário, podendo a elas assistir qualquer Deputado, que poderá discutir perante elas o assunto de que se ocuparem e enviar-lhes sugestões e esclarecimentos.

§ 1º - Nas reuniões secretas servirá como Secretário da Comissão, por designação do Presidente, um de seus Membros.

§ 2º - Só os Deputados ou Secretários de Estado, quando convidados, poderão assistir às reuniões secretas.

SEÇÃO VIII

DOS TRABALHOS

Art. 50 - Os trabalhos das Comissões obedecerão à seguinte ordem:

I - leitura, discussão e votação da Ata da Sessão anterior;

II - leitura sumária do expediente;

III - distribuição da matéria aos relatores, mediante sorteio e obedecendo rodízio;

IV - leitura dos pareceres definitivamente assentados;

V - leitura, discussão e votação de requerimentos ou relatórios.

§ 1º - Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão para tratar de matéria urgente, ou, a requerimento de preferência de qualquer dos seus membros, para determinado assunto.

§ 2º - Tratando-se de matéria urgente, como tal considerada pelo Plenário ou por este Regimento, o Presidente designará re-

lador independentemente de reunião da Comissão, tendo, nesse caso, o Deputado destacado para esse mister o prazo de quarenta e oito horas para oferecer o seu parecer.

§ 3º - As Comissões deliberarão por maioria de votos com a presença da maioria de seus membros.

§ 4º - A Comissão que receber proposição, mensagem ou qualquer outro papel que lhe foi enviado pela Mesa, poderá propor a sua adição, ou a sua rejeição, total ou parcial, apresentar projetos deles decorrentes, dar-lhes substitutivos e apresentar emendas e subemendas.

Art. 51 - O membro da Comissão a que foi distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito.

§ 1º - O Presidente da Comissão poderá, a requerimento fundamentado do relator, prorrogar por mais cinco dias o prazo que lhe é assinado neste artigo. Esgotado o prazo regimental, sem que o relator haja apresentado parecer, o Presidente designará novo relator, ao qual o processo deve ser entregue imediatamente.

§ 2º - Apresentado o parecer, será lido ou dispensada a sua leitura, e, se estiver impresso, será o mesmo posto em discussão pelo prazo que o Presidente julgar necessário.

§ 3º - Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação do parecer, o qual, se for aprovado em todos os seus termos, será tido como da Comissão e, logo a seguir, assinado pelos membros presentes.

§ 4º - Se o parecer tiver alterações, com as quais esteja de acordo o relator, será concedido a este o prazo até a reunião seguinte, para redigi-lo de conformidade com o vencido, ou, apenas de quarenta e oito horas, em casos de urgência.

§ 5º - Se o parecer do relator não for adotado pela maioria da Comissão, o Presidente designará novo relator, dentre os que a constituem.

§ 6º - Para a apresentação do novo parecer, será concedido ao segundo relator o prazo de três dias.

§ 7º - Na hipótese de a Comissão aceitar parecer diverso do primeiro relator, o deste passará a constituir voto em separado.

§ 8º - Para o efeito da contagem dos votos relativos ao parecer, serão considerados:

I - favoráveis, os "pelas conclusões" os "com restrições" e os "separados" não divergentes da conclusão;

II - contrários, os "vencidos".

§ 9º - Às Comissões é lícito dividir, para facilitar o estudo, qualquer matéria sujeita ao seu exame, distribuindo cada parte, ou capítulo, a um relator parcial,

mas designando um relator geral, de modo a ser enviado à Mesa um só parecer.

§ 10º - Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, poderão as Comissões dividi-las para constituírem projetos separados.

§ 11º - Ao Membro da Comissão que pedir vista será concedido o prazo de três dias improrrogáveis; se a vista for solicitada por mais de um Membro da Comissão, será dada em comum acordo pelo mesmo prazo.

Art. 52 - Todos os papéis destinados às Comissões serão encaminhados aos seus respectivos Presidentes pelo 1º Secretário da Assembléia, dentro do prazo de quarenta e oito horas do recebimento dos mesmos, e, por intermédio do referido 1º Secretário, deverão as Comissões enviar à Mesa os seus papéis.

Art. 53 - Qualquer Deputado poderá requerer, por escrito, à Assembléia, audiência de uma Comissão sobre determinado assunto.

Art. 54 - Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão Atas, como resumo dos trabalhos e de tudo quanto houver ocorrido, as quais serão publicadas no Diário da Assembléia.

Art. 55 - As Comissões terão como Secretários funcionários da Secretaria da Assembléia.

SEÇÃO IX

DO ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO

Art. 56 - As Comissões contarão, para o desempenho das suas atribuições, com assessoramento da consultoria técnica às Comissões e especializadas em suas áreas de competência, a cargo do órgão de assessoramento institucional da Assembléia Legislativa.

CAPÍTULO IV

DO SUBSÍDIO E DA AJUDA DE CUSTO

Art. 57 - O subsídio, dividido em partes fixas e variáveis, e a ajuda de custo serão estabelecidos no fim de cada Legislatura para a subsequente.

Art. 58 - A parte fixa do subsídio será devida:

I - a partir do início da Legislatura, aos Deputados diplomados, antes da instalação da primeira sessão Legislativa;

II - a partir da expedição do Diploma, ao diplomado posteriormente à instalação;

III - a partir da posse, ao Suplente em exercício.

Art. 59 - A parte fixa será paga em parcelas mensais individuais e insuscetíveis de descontos, a título de representa-

ção; a variável corresponderá a uma quantia mensal divisível em trinta diárias, e dela se deduzirão as faltas e as ausências à votação.

Art. 60 - O Deputado que deixar de votar, a não ser que se tenha declarado impedido, terá a diária descontada, desde que a votação seja interrompida ou adiada por falta de número.

Parágrafo Único - A Mesa poderá mandar abonar até sete faltas por mês ao Deputado que justifique sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento da votação.

Art. 61 - No recesso da Assembléia, a parte variável dos subsídios será devida segundo a média recebida pelo Deputado durante a Sessão Legislativa.

Art. 62 - A remuneração do Deputado pelo comparecimento às Sessões Extraordinárias será paga na forma estabelecida para as Sessões Ordinárias.

Art. 63 - Não será descontada dos subsídios a diária correspondente ao comparecimento se a falta decorrer de desempenho de missão oficial.

Parágrafo Único - As despesas feitas, em razão de missão oficial a que se refere este artigo, serão ressarcidas.

Art. 64 - Considera-se ajuda de custo a compensação financeira de outras imprescindíveis ao comparecimento à Sessão Legislativa Ordinária ou à Sessão decorrente de convocação extraordinária.

§ 1º - O pagamento da ajuda de custo será feito em duas parcelas, somente podendo receber a segunda o Deputado que houver comparecido, pelo menos, a dois terços da Sessão Legislativa ou das Sessões Extraordinárias.

§ 2º - O Suplente também fará jus à ajuda de custo, sendo-lhe devida a primeira parcela a partir da posse e a segunda desde que cumpridos os requisitos do parágrafo anterior.

Art. 65 - Terá direito a parte fixa do subsídio o Deputado que se encontrar em missão diplomática ou cultural de caráter transitório, autorizada pela Assembléia.

§ 1º - Ao Deputado licenciado para tratamento de saúde será paga a parte fixa e variável do subsídio, vedando-se qualquer outro recebimento sob qualquer título.

§ 2º - Não terá direito a subsídio o Deputado investido nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital, se optar pela percepção da retribuição do cargo.

§ 3º - O Deputado licenciado para tratar de interesses particulares não terá direito a perceber ajuda de custo e subsídio fixo e variável.

Art. 66 - Sempre que estiver fora da

Assembléia, no exercício das funções, o Presidente será tido como presente para os fins do disposto neste Capítulo.

Parágrafo Único - O mesmo ocorrerá com respeito ao 1º e 2º Secretários, quando, por delegação do Presidente, estiverem em representação da Assembléia.

Art. 67 - O Suplente convocado perceberá, a partir da posse, o subsídio e a ajuda de custo a que tiver direito o Deputado em exercício, observado o disposto no art. 58.

CAPÍTULO V

DA EXTINÇÃO E DA PERDA DO MANDATO

Art. 68 - As vagas, na Assembléia, verificar-se-ão em virtude de:

I - falecimento;

II - renúncia;

III - perda de mandato.

Art. 69 - A renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida à Mesa, por escrito, com firma reconhecida e independente de aprovação da Assembléia, mas somente se tornará efetiva e irretratável depois de lida no Expediente e publicada no Diário da Assembléia.

Parágrafo Único - É lícito ao Deputado, ou ao Suplente em exercício fazer em Plenário, oralmente, a renúncia do mandato, a qual se tornará efetiva e irretratável depois de sua publicação no Diário da Assembléia.

Art. 70 - Considera-se haver renunciado:

I - o Deputado que não prestar o compromisso no prazo estabelecido neste Regimento ou que for empossado em função ou cargo incompatível com o mandato;

II - o Suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo estabelecido neste Regimento.

Art. 71 - O comparecimento efetivo do Deputado à Sessão será verificado, no decurso de sua duração, mediante registro em formulário próprio.

Art. 72 - A vacância, nos casos de renúncia, será declarada, em Sessão, pelo Presidente.

Parágrafo Único - Na Sessão seguinte à publicação da declaração de vacância, qualquer Deputado dela poderá interpor recurso para o Plenário, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 73 - Perde o mandato o Deputado:

I - que infringir qualquer das disposições constantes do art. 58 da Constituição Estadual;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes;

III - que deixar de comparecer à terceira parte das Sessões Ordinárias da Assem-

bléia, em cada Sessão Legislativa anual, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VI - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.

§ 1º - Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado, ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e V, a perda de mandato será decidida pela Assembléia, por voto secreto e maioria absoluta, mediante aprovação da Mesa ou de Partido Político representado na Assembléia, assegurada ampla defesa.

§ 3º - A representação será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que proferirá seu parecer em quinze sessões, concluindo:

a) nos casos dos incisos I e II, pela aceitação da representação para melhor exame ou pelo seu arquivamento;

b) nos casos do inciso III, pela procedência, ou não, da representação.

§ 4º - O Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, será lido no Expediente, publicado no Diário da Assembléia e em avulsos, será:

a) nos casos dos incisos I e II, incluído em Ordem do Dia;

b) nos casos do inciso III, encaminhado à Mesa para decisão.

Art. 74 - Admitida a representação pelo voto do Plenário, o Presidente designará Comissão composta de sete membros para instrução da matéria.

§ 1º - Recebida e processada, será fornecida cópia ao acusado, que terá o prazo de quinze sessões, para apresentar, à Comissão, defesa escrita.

§ 2º - Apresentada ou não a defesa, a Comissão, após proceder às diligências que julgar necessárias, emitirá parecer, concluindo por Projeto de Resolução, no sentido da perda ou do arquivamento definitivo do processo.

§ 3º - Para falar sobre o parecer, será concedida vista do processo ao acusado pelo prazo de dez sessões.

Art. 75 - O Mandato do Deputado é incompatível com o exercício de qualquer função efetiva da União, dos Estados e dos Municípios, importando em renúncia do mandato a inobservância desta norma.

CAPÍTULO VI

DA CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE

Art. 76 - A Mesa convocará imediatamente, o suplente nos cargos de vaga, licença por mais de cento e vinte dias, ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura.

Parágrafo Único - O suplente terá o prazo de quinze dias para tomar posse, sob pena de ser considerado renunciante, salvo se comprovar motivo de doença.

TÍTULO III

DOS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA

CAPÍTULO I

DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA

Art. 77 - As sessões da Assembléia Legislativa serão preparatórias, ordinárias e extraordinárias.

§ 1º - Preparatórias são as que precedem a instalação dos trabalhos da Assembléia, em cada sessão Legislativa.

§ 2º - Ordinárias são as de qualquer sessão Legislativa, realizadas em todos os dias úteis, de segunda a quinta-feira.

§ 3º - Extraordinárias são as sessões realizadas em dia ou hora diversos dos prefixados para as sessões ordinárias.

§ 4º - A Assembléia poderá realizar sessões solenes ou especiais, que serão consideradas extraordinárias, para comemorações ou homenagens.

Art. 78 - As sessões ordinárias terão início às 14h30min e durarão, no máximo 4h30min.

Parágrafo Único - O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar sessões ordinárias para o período matinal.

Art. 79 - Durante o período de seus trabalhos ordinários ou extraordinários, a Assembléia poderá realizar outras sessões, afora as previstas por este Regimento, desde que assim decida a maioria, a requerimento de qualquer Deputado.

§ 1º - O Presidente prefixará o dia, a hora e a Ordem do Dia dessas sessões extraordinárias, dando-as a conhecer previamente à Assembléia.

§ 2º - A sua hora do Expediente deverá se limitar à leitura do mesmo, quando houver.

Art. 80 - Tanto as sessões ordinárias como as extraordinárias serão públicas, mas poderão ser secretas, quando assim for deliberado pelo Plenário.

Art. 81 - O prazo de duração das sessões poderá ser prorrogado a requerimento de qualquer Deputado, desde que estejam

presentes pelo menos um terço dos Deputados.

§ 1º - O requerimento objetivando a prorrogação de sessão será escrito, independente de discussão, decidir-se-á por maioria de votos, presentes pelo menos um terço dos Deputados, pelo processo simbólico, não admitirá encaminhamento de votação e deverá prefixar o prazo dessa prorrogação.

§ 2º - Quando a prorrogação for para que o orador inicie ou termine explicação pessoal, a mesma não poderá exceder de quinze minutos.

§ 3º - Quando a prorrogação se destina à votação só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos Deputados.

§ 4º - O requerimento de prorrogação poderá ser apresentado à Mesa, até o momento de anunciar o Presidente a Ordem do Dia seguinte.

§ 5º - Se houver orador na tribuna, no momento de findar a sessão e houver sido requerida a prorrogação, o Presidente interrompê-lo-á para submeter a votos o requerimento.

Art. 82 - A juízo do Presidente, ou por deliberação da Assembléia poder-se-á destinar a primeira hora de qualquer sessão a grandes comemorações ou homenagens póstumas ou interrompê-la para recepção de altas personalidades.

Art. 83 - Para manutenção da ordem, respeito e solenidade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

I - durante a sessão os Deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas;

II - nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte a leitura dos atos ou documentos, a chamada nominal, as deliberações da Mesa e os debates;

III - falando da bancada, os oradores deverão manter-se em pé e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa;

IV - os Deputados poderão apartear sentados, em termos breves e corteses.

V - não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação.

Art. 84 - A Sessão Extraordinária pode ser convocada:

I - pelo Presidente da Assembléia, de ofício;

II - pelos Líderes, em requerimento escrito, sujeito à deliberação em Plenário;

§ 1º - Não poderão ser convocadas mais de duas sessões extraordinárias entre duas ordinárias.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior não prevalece no caso de apreciação de proposição em regime de urgência.

§ 3º - A Sessão Extraordinária somente poderá ser realizada em dia ou hora diversos dos prefixados para as Ordinárias.

Art. 85 - Sempre que for convocada Sessão Extraordinária, o Presidente comunicará o fato aos Deputados em Sessão.

Parágrafo Único - Se ocorrer em circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará os meios e providências que julgar necessários.

Art. 86 - A duração da Sessão Extraordinária será de suas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo Único - O tempo destinado à Sessão Extraordinária será totalmente utilizado na apreciação da matéria da convocação.

Art. 87 - A Assembléia Legislativa realizará, no máximo, oito Sessões Extraordinárias por mês.

SEÇÃO I

DAS SESSÕES PÚBLICAS

Art. 88 - À hora do início da Sessão, verificando-se a presença de, no mínimo, um terço dos Membros da Assembléia, o Presidente, dizendo: "SOB A PROTEÇÃO DE DEUS INICIAMOS NOSSOS TRABALHOS", declarará aberta a Sessão, sendo lida e posta em discussão a Ata da Sessão anterior e, não havendo restrições, será dada por aprovada.

§ 1º - A discussão da Ata não deverá exceder a hora do Expediente, que é a primeira Sessão.

§ 2º - No caso de qualquer reclamação, o 2º Secretário prestará os necessários esclarecimentos, e, quando, apesar deles, o Presidente da Mesa reconhecer a procedência da retificação, será essa consignada na Ata imediata. Da decisão do Presidente poderá haver recurso para o Plenário.

Art. 89 - Na discussão da Ata, qualquer Deputado poderá usar da palavra, uma vez e durante dez minutos, apenas para retificá-la.

Art. 90 - A duração do Expediente é de 2h30min., assim distribuídos:

I - trinta minutos para discussão e votação da Ata da Sessão anterior, leitura do Expediente, dos pareceres das Comissões dos Projetos, indicações e requerimentos que se acharem sobre a Mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1º Secretário para publicação;

II - trinta minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não po-

dendo cada orador exceder o prazo de cinco minutos, proibidos os apartes;

III - noventa minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de Bancadas Partidárias ou Blocos Parlamentares e oradores inscritos ou, na falta destes, a Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

§ 1º - Os trinta minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra.

§ 2º - A hora final, dividida equitativamente, será atribuída aos Líderes, cabendo o uso inicial da palavra àquele que pertencer à mesma bancada do orador antecedente.

§ 3º - Aos Líderes de bancadas é facultado delegar a liderados seus o uso da palavra.

§ 4º - Ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos Vice-Líderes presentes o uso da palavra ou indicação de membro da bancada para fazê-lo.

§ 5º - Na falta dos Líderes e Vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os parágrafos anteriores.

Art. 91 - Finda a hora do Expediente, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º - Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão à ordem estabelecida no § 1º do art. 101.

§ 2º - Não havendo número para a votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida; mas, logo que houver maioria legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso, para se proceder às votações.

§ 3º - As votações não serão interrompidas, salvo se se verificar a falta de número, constatada pela chamada nominal, hipótese em que ficarão para a Sessão seguinte.

§ 4º - Terminadas as votações, o Presidente anunciará o debate da matéria em discussão, o qual será encerrado se nenhum Deputado se houver inscrito ou solicitado a palavra, passando-se à sua imediata votação, se houver número.

§ 5º - Se não houver número para a votação imediata, deverá ser reservado espaço, para esse fim, na Ordem do Dia seguinte.

§ 6º - Após as discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a hora restante dos trabalhos será destinada às explicações pessoais.

§ 7º - A nenhum Deputado é lícito fazer uso da palavra, para explicações pessoais, mais de uma vez, e demorar-se na

tribuna mais de quinze minutos, prorrogáveis, a critério do Presidente, por igual tempo.

Art. 92 - Concluídos todos os trabalhos, o Presidente encerrará a Sessão, proferindo a fórmula "LEVANTA-SE A Sessão".

Art. 93 - As inscrições dos oradores, para a hora do Expediente, serão feitas em livro especial, em ordem cronológica.

§ 1º - Não será permitida outra inscrição de Deputados antes de o mesmo haver usado a palavra.

§ 2º - Se algum Deputado julgar conveniente a inclusão na Ordem do Dia, sem prejuízo da colocação em pauta de qualquer proposição, poderá solicitá-lo por escrito ao Presidente.

Art. 94 - Todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa.

§ 1º - Salvo deliberação do Plenário, nenhum projeto será entregue à discussão inicial ou única, na Ordem do Dia, sem que continue em pauta, ficando sobre a Mesa, para conhecimento e estudos dos Deputados, durante três Sessões consecutivas.

§ 2º - As matérias em pauta serão enunciadas diariamente em seguida à Ordem do Dia.

§ 3º - Desde que o projeto fique em pauta, a Mesa receberá as emendas que couberem e anotarás os pedidos de inscrição dos Deputados que desejarem discutir a matéria.

§ 4º - Se forem apresentadas emendas que não estiverem assinadas pela maioria dos Membros de qualquer Comissão, estas serão remetidas à Comissão competente, para o respectivo parecer e, oferecido este, ficarão em condições de entrar para a Ordem do Dia.

§ 5º - Se não forem apresentadas emendas do Plenário e não houver orador inscrito para debater o projeto em pauta, entrará ele em Ordem do Dia, para discussão e votação.

§ 6º - É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Deputados, com recurso para o Plenário, retirar da pauta proposição que necessite parecer de outra Comissão, esteja em desacordo com exigência regimental, ou demande qualquer providência antes da inclusão da Ordem do Dia.

SEÇÃO II

DAS SESSÕES SECRETAS

Art. 95 - A Assembléia poderá realizar Sessões Secretas, se assim o resolver a maioria dos seus Membros, a requerimento escrito de qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único - Esse requerimento, em que deve ser indicado o objeto da Ses-

são, será submetido a voto independentemente de discussão.

Art. 96 - Para realizar a Sessão Secreta, o Presidente fará sair da sala, das galerias e demais dependências do recinto todas as pessoas estranhas, inclusive os empregados do serviço de debates e taquigrafia.

§ 1º - Reunida a Assembléia, em Sessão Secreta, deliberar-se-á, preliminarmente, se o assunto deve ou não ser assim tratado, e, conforme o resultado, a Sessão continuará secreta ou se tornará pública.

§ 2º - Antes de se encerrar a Sessão Secreta, a Assembléia resolverá se deverão ficar secretos ou constar da Ata pública, os assuntos discutidos.

§ 3º - As Atas das Sessões Secretas serão aprovadas pela Assembléia antes de levantada a Sessão, assinadas e rubricadas pela Mesa, fechadas em invólucros pelos 1º e 2º Secretários, com a data da Sessão, e recolhidas ao arquivo da Assembléia.

SEÇÃO III

DA AUDIÊNCIA DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO

Art. 97 - O Secretário de Estado comparecerá perante a Assembléia ou suas Comissões:

I - quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II - por sua iniciativa, mediante entendimento com a Mesa ou a Presidência da Comissão, respectivamente, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

§ 1º - A convocação do Secretário de Estado será resolvida pela Assembléia ou Comissão, por deliberação da maioria da respectiva composição plenária, a requerimento de qualquer Deputado ou Membro da Comissão, conforme o caso.

§ 2º - A convocação do Secretário de Estado ser-lhe-á comunicada mediante ofício do 1º Secretário ou do Presidente da Comissão, que definirá o local, dia e hora da Sessão ou reunião a que deva comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada, aceita pela Casa.

Art. 98 - A Assembléia reunir-se-á em Comissão Geral, sob a direção de seu Presidente, toda vez que perante o Plenário comparecer Secretário de Estado.

§ 1º - O Secretário de Estado terá assento na primeira bancada, até o momento de ocupar a Tribuna, ficando subordinado às normas estabelecidas para o uso da palavra pelos Deputados; perante Comissões, ocupará o lugar à direita do Presidente.

§ 2º - Não poderá ser marcado um mesmo horário para o comparecimento de mais de

um Secretário de Estado à Casa, salvo em caráter excepcional, quando a matéria lhes disser respeito conjuntamente, nem se admitirá sua convocação simultânea por mais de uma Comissão.

§ 3º - O Secretário de Estado somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de sua exposição ou matéria pertinente à convocação.

§ 4º - Em qualquer hipótese, a presença do Secretário de Estado no Plenário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembléia.

Art. 99 - Na hipótese de convocação, o Secretário encaminhará ao Presidente da Assembléia ou da Comissão, até a véspera da sua presença na Casa, sumário da matéria de que virá tratar, para distribuição aos Deputados.

§ 1º - O Secretário de Estado, ao início do Grande Expediente, ou da Ordem do Dia, poderá falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais de quinze, pelo Plenário da Casa ou da Comissão, só podendo ser aparteado durante a prorrogação.

§ 2º - Encerrada a exposição do Secretário de Estado, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de dez minutos.

§ 3º - Para responder a cada interpelação, o Secretário terá o mesmo tempo que o Deputado para formulá-la.

§ 4º - Serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

§ 5º - É lícito aos Líderes, após o término dos debates, usar a palavra por cinco minutos, sem apartes.

Art. 100 - Na eventualidade de não ser atendida convocação feita de acordo com a Constituição Estadual, o Presidente da Assembléia promoverá a instauração do procedimento legal cabível.

SEÇÃO IV

DA ORDEM DO DIA

Art. 101 - A Ordem do Dia, organizada pelo Presidente, será anunciada ao término da Sessão anterior e distribuída em avulsos antes de iniciar-se a Sessão respectiva.

§ 1º - Na Ordem do Dia serão colocados em primeiro lugar as propostas de emenda à Constituição, os projetos vetados, seguidos das proposições em regime de urgência; dos de regime de prioridade e, finalmente, das em regime de tramitação ordinária, na seguinte ordem:

I - redações finais;

II - 2ª discussão;

- III - 1.^a discussão;
- IV - discussões únicas;
- V - proposições que independam de parecer mas dependam de apreciação do Plenário.

§ 2º - Cada grupo será iniciado pelas proposições em votação.

§ 3º - Dentro de cada grupo da Ordem do Dia, observar-se-á a seguinte disposição das proposições, na ordem cronológica de registro, a saber:

- I - redações finais;
- II - projetos de lei;
- III - projetos de resolução;
- IV - projetos de decretos legislativos.

§ 4º - Será permitido a qualquer Deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para a votação ou discussão de uma proposição sobre a do mesmo grupo, conforme § 1º deste artigo.

Art. 102 - A Ordem estabelecida no artigo anterior poderá ser alterada ou interrompida:

- I - em caso de preferência;
- II - em caso de adiamento;
- III - em caso de retirada da Ordem do Dia.

Parágrafo Único - Durante a Ordem do Dia, só poderá ser levantada Questão de Ordem atinente à matéria que esteja sendo apreciada na ocasião.

Art. 103 - O e mentário da Ordem do Dia, acompanhado dos avulsos das proposições, assinalará, obrigatoriamente, após o respectivo número:

- I - a discussão a que está sujeito;
- II - de quem a iniciativa;
- III - a respectiva ementa;
- IV - a conclusão dos pareceres, se favoráveis, com substitutivos, emendas ou subemendas;
- V - a existência de emendas, relacionadas por grupos conforme os respectivos pareceres;
- VI - outras indicações que se fizerem necessárias.

CAPÍTULO II

DAS QUESTÕES DE ORDEM

Art. 104 - Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituir-se-ão em questões de ordem.

§ 1º - Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembleia.

§ 2º - Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de dez minutos para formular uma ou, simultaneamente, mais de uma questão de ordem.

§ 3º - No momento das deliberações,

qualquer questão de ordem só poderá ser formulada ou justificada dentro do prazo que couber a cada Deputado, para encaminhar a votação.

§ 4º - Em qualquer fase da sessão, poderá o Deputado falar "pela ordem" para reclamar a observância de disposição expressa do Regimento, exceto no momento das votações, em que só o relator e um Deputado, de preferência ou autor da proposição em votação, o farão.

§ 5º - Sobre uma mesma questão de ordem, cada Deputado poderá falar somente uma vez.

Art. 105 - O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicitar "pela ordem", mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique desde logo o artigo do Regimento Interno que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos.

Art. 106 - Serão registradas em livro especial todas as questões de ordem resolvidas pelo Presidente da Assembleia.

CAPÍTULO III

SEÇÃO I

DA COMISSÃO GERAL

Art. 107 - A Sessão Plenária da Assembleia será transformada em Comissão Geral, por proposta conjunta de Líderes, ou por um terço dos membros da Assembleia, sob a direção de seu Presidente, para:

- I - debate de matéria relevante;
- II - estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado;
- III - discussão de projeto de lei de iniciativa popular, desde que presente o orador que irá defendê-lo;
- IV - comparecimento de Secretário de Estado.

§ 1º - A Assembleia somente será constituída em Comissão Geral com a aprovação da maioria de seus membros, em votação simbólica.

§ 2º - O requerimento propondo a constituição da Assembleia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação decorridas vinte e quatro horas de sua apresentação e deverá conter desde logo, o objeto, o dia e hora da reunião.

SEÇÃO II

DA COMISSÃO REPRESENTATIVA DA ASSEMBLÉIA

Art. 108 - A Mesa conduzirá o processo eleitoral para a escolha, na última sessão ordinária do período Legislativo anual, dos membros da Assembleia Legislativa que irão compor, durante o recesso, a Comissão Representativa da Assembleia, composta de

nove membros, de que trata o § 4º, do art. 62 da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - A Mesa expedirá as instruções necessárias, com observância das exigências e formalidades previstas neste Regimento no que couber, atendendo a que, na composição da Comissão Representativa da Assembléia, deverá reproduzir-se, quanto possível, a proporcionalidade da representação dos Partidos ou Blocos Parlamentares na Casa.

CAPÍTULO IV

DA ORDEM INTERNA

Art. 109 - O policiamento do edifício da Assembléia e de suas dependências compete, privativamente, sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembléia.

Parágrafo Único - Para esse policiamento, a Comissão Executiva poderá requisitar praças da Polícia Militar, que serão postos à inteira disposição da Mesa.

Art. 110 - Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, contanto que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.

§ 1º - Haverá lugares especiais para Senhoras, Secretários de Estado, autoridades federais e de outros Estados, ex-Deputados, membros do Corpo Consular, Magistrados, representantes do Ministério Público e funcionários.

§ 2º - Os representantes da imprensa, televisão e do rádio ocuparão lugares especialmente reservados ao exercício de sua profissão junto à Assembléia.

§ 3º - No recinto da Assembléia, durante as Sessões, só serão admitidos os Deputados, os funcionários da Secretaria em serviço e os representantes da imprensa, televisão e do rádio, devidamente autorizados pela Mesa.

§ 4º - Os expectadores que perturbarem a Sessão serão, por determinação do Presidente, compelidos a sair, imediatamente, do edifício da Assembléia.

Art. 111 - Quando, por simples advertência, não for possível ao Presidente manter a ordem, poderá o mesmo suspender ou levantar a Sessão.

Art. 112 - Se algum Deputado cometer, dentro do edifício da Assembléia, qualquer excesso digno de repressão, a Comissão Executiva, tomando conhecimento do fato, exporá à Assembléia para esta determinar o que lhe parecer conveniente, em Sessão Secreta.

Art. 113 - Se no edifício da Assembléia se perpetuar algum delito, a Comissão Executiva realizará a prisão do culpado e instaurará inquérito sob direção de

um de seus Membros, designado pelo Presidente, devendo servir como escrivão um funcionário da Secretaria.

§ 1º - Esse inquérito, que deverá ter rápido andamento, será enviado à autoridade judiciária competente.

§ 2º - Observar-se-ão nesse inquérito, no que couber, as regras do processo penal e regulamentos policiais do Estado.

CAPÍTULO V

DAS ATAS

Art. 114 - De cada Sessão da Assembléia lavrar-se-á, além da Ata destinada ao Diário da Assembléia, outra, resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em Sessão e submetida ao voto dos Deputados.

§ 1º - Depois de aprovada, a Ata será assinada pelo Presidente e pelos 1º e 2º Secretários.

§ 2º - Essa Ata será lavrada, ainda que não haja Sessão por falta de número, dela constando o Expediente despachado.

Art. 115 - O Diário da Assembléia publicará cada dia a Ata dos respectivos trabalhos.

Art. 116 - Os documentos lidos em Sessão serão mencionados na Ata em resumo e transcritos no Diário da Assembléia, de acordo com as disposições regimentais.

§ 1º - Os discursos proferidos durante a Sessão serão publicados por extenso, ou em resumo, na Ata destinada ao Diário da Assembléia.

§ 2º - As informações e os documentos oficiais, lidos pelo 1º Secretário, à hora do Expediente, em resumo, serão somente publicados na Ata destinada ao Diário da Assembléia, com a declaração integral requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 3º - As informações enviadas à Assembléia pelo Governo do Estado, a requerimento de qualquer Deputado, serão publicados na Ata impressa, antes de entregues a quem as solicitou.

§ 4º - Não se dará publicidade às informações oficiais de caráter reservado.

§ 5º - Em qualquer das Atas, não será inserto nenhum documento sem expressa permissão da Assembléia ou da Mesa, por despacho do 1º Secretário, nos casos previstos pelo Regimento.

§ 6º - Será lícito a qualquer Deputado fazer inserir na Ata impressa as razões escritas do seu voto, vencedor ou vencido, e sem alusões pessoais de qualquer natureza, desde que não infrinjam disposições deste Regimento.

Art. 117 - A Ata da última Sessão de cada ano, ordinária ou extraordinária, será submetida à discussão antes de se levantar a Sessão, podendo ser aprovada com

qualquer número.

TÍTULO IV

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

CAPÍTULO I

DAS PROPOSIÇÕES EM GERAL

Art. 118 - Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia.

§ 1º - As proposições poderão consistir em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

§ 2º - Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto de competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento.

§ 3º - Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e sintéticos.

§ 4º - A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições privativas do Legislativo.

§ 5º - As proposições deverão ser seguidas de justificações sucintas e, quando citarem uma lei ou artigo de lei, deverão transcrevê-los por extenso em seguida à justificação.

§ 6º - Não serão admitidas, em qualquer proposição, expressões ofensivas a quem quer que seja.

§ 7º - Exceto nos casos previstos neste Regimento, nenhuma proposição será objeto de discussão ou da votação, sem que sobre ela seja emitido parecer pela Comissão competente.

Art. 119 - As proposições de iniciativa dos Deputados serão lidas pelo 1º Secretário, à hora do Expediente, se não o tiverem sido pelo autor e, ao passar-se à Ordem do Dia, o Presidente as submeterá a votos, no sentido de se tornarem ou não objeto de deliberação.

§ 1º - Considerada a proposição objeto de deliberação, será a mesma enviada à Comissão competente, depois de numerada, registrada e extraída a cópia para a devida comunicação e publicação.

§ 2º - Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição desde logo rejeitada.

§ 3º - Independem de apoio, sendo sempre consideradas objeto de deliberação, as proposições das Comissões Permanentes, as de iniciativa do Governador do Estado e as que vierem assinadas por cinco Deputados pelo menos.

Art. 120 - Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário.

Art. 121 - Poderá a Assembléia decidir, a requerimento de qualquer Deputado,

que determinada proposição seja juntada ao processo relativo a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só.

SEÇÃO I

DOS PROJETOS

Art. 122 - A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º - Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

§ 2º - Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre que deva a Assembléia pronunciar-se exclusivamente em casos concretos, tais como:

I - perda de mandato de Deputado;

II - matéria de natureza regimental;

III - criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, excedendo cinco em funcionamento;

IV - conclusão de Comissão de Inquérito;

V - declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e Vice-Governador de Estado e, quando houver conexão contra os Secretários de Estado;

VI - contas do Governador;

VII - mudança temporária da sede da Assembléia;

VIII - contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;

IX - licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;

X - delegação legislativa ao Governador;

XI - todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, o que se proverá no regulamento de seus serviços;

XII - consulta plebiscitária para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

§ 3º - Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regular as matérias de competência, exclusiva da Assembléia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução, tais como:

I - autorização para o Governador e o Vice-Governador se afastarem do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze dias;

II - fixação, em cada Legislatura, da remuneração dos Deputados, para a subsequente;

III - fixação da remuneração do Governador e do Vice-Governador;

IV - solicitação de intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo;

V - aprovação ou suspensão de intervenção estadual nos Municípios;

VI - aprovação da indicação dos Conselheiros do Tribunal de Contas;

VII - aprovação do nome do Procurador Geral da Justiça do Estado;

VIII - suspensão da execução, no todo ou em parte, de lei ou decreto estadual ou municipal declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Tribunal de Justiça;

IX - suspensão de processo criminal contra Deputados;

X - deliberação sobre solicitação do Tribunal de Contas a respeito de contrato inquinado de ilegalidade;

XI - aprovação de convênios celebrados pelo Governador com a União, os Estados ou Municípios.

Art. 123 - A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembléia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, em igual prazo, fa-lo-á o 1º Vice-Presidente.

Art. 124 - Os projetos deverão ser assinados pelos seus autores e divididos em artigos numerados, concisos e claros, sendo precedidos sempre de ementa enunciativa de seu projeto.

§ 1º - O autor do projeto poderá fundamentá-lo, por escrito ou verbalmente, observadas as prescrições deste Regimento.

§ 2º - Nenhum artigo do projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que, postas em votação, possa adotar-se uma e rejeitar outra.

§ 3º - Sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restituir-lo-á ao autor para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais.

§ 4º - Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou anti-regimental.

§ 5º - Todos os projetos, a juízo do Presidente da Assembléia, entrarão em Ordem do Dia, desde que tenham parecer das Comissões a cujo exame foram submetidos.

Art. 125 - A iniciativa dos projetos, cabe a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público.

Parágrafo Único - Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, poderão ter origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissões.

Art. 126 - O projeto de lei que receber parecer contrário quanto ao mérito, de

todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

Art. 127 - As matérias de projetos de lei rejeitados ou não sancionados, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.

SEÇÃO II

DAS INDICAÇÕES

Art. 128 - Indicação é a proposição de qualquer Deputado, sugerindo a manifestação da Assembléia, ou de suas Comissões, sobre determinado assunto de competência do Poder Legislativo.

§ 1º - As indicações serão redigidas por escrito, em termos explícitos e em forma sintética, devendo ser assinadas pelo autor.

§ 2º - As indicações, depois de lidas perante a Assembléia pelo 1º Secretário, se não o tiverem sido pelos seus autores, serão despachadas, obrigatoriamente, às Comissões com que se relacionarem e mandadas publicar na íntegra.

§ 3º - As indicações independem de qualquer julgamento preliminar da Assembléia.

§ 4º - A Comissão que recebe indicação deverá interpor parecer dentro de dez dias do seu recebimento.

§ 5º - A indicação e o respectivo parecer serão sujeitos à discussão única.

§ 6º - Se à indicação for apresentada emenda, a mesma voltará à Comissão para parecer.

§ 7º - Este segundo parecer sofrerá discussão única.

§ 8º - Se a Assembléia opinar sobre indicação que concluir por projeto de lei ou de resolução, o projeto seguirá os trâmites regimentais a que se acham subordinadas as proposições dessa natureza.

SEÇÃO III

DOS REQUERIMENTOS

Art. 129 - Requerimento é todo pedido dirigido ao Presidente da Assembléia, sobre objeto de Expediente ou de ordem, por qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único - Os requerimentos são de duas espécies:

I - os sujeitos a despacho do Presidente;

II - os sujeitos à deliberação da Assembléia.

Art. 130 - Estão sujeitos a despacho do Presidente e independem de apoio preliminar, de discussão e votação, os requerimentos verbais que solicitarem:

- I - a palavra, ou a sua desistência;
- II - a posse de Deputados;
- III - a leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;
- IV - a retirada de requerimento verbal ou escrito;
- V - a retificação da Ata;
- VI - a inserção de declaração de voto em Ata;
- VII - a observância de algum dispositivo regimental;
- VIII - a retirada pelo autor de proposição sem parecer ou com parecer contrário;
- IX - verificação de votação;
- X - o preenchimento de vagas nas Comissões;
- XI - informações sobre a ordem dos trabalhos;
- XII - chamada nominal para verificação de quórum.

Art. 131 - Serão escritos e independem de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente de ofício, os requerimentos de qualquer Comissão, solicitando audiência de outras sobre qualquer assunto, bem como os requerimentos de informações oficiais.

Art. 132 - Dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos referidos nos parágrafos seguintes.

§ 1º - Serão escritos e independem de apoio e discussão, podendo ser votados com qualquer número, requerimentos que solicitarem:

- I - publicação de informações oficiais no Diário da Assembléia;
- II - nomeação de Comissões externas;
- III - inserção em Ata de votos de regozijo ou de pesar;
- IV - levantamento da Sessão por motivo de pesar ou de regozijo público;
- V - manifestação de regozijo ou de pesar através de ofício, telegrama ou por qualquer outra forma escrita;
- VI - permissão para falar sentado.

§ 2º - Serão escritos e independem de apoio e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos que tiverem por fim pedir:

- I - dispensa de interstício para a inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;
- II - dispensa de Membro de qualquer Comissão;
- III - dispensa de impressão de qualquer proposição;
- IV - retirada de proposição, substitutivo, emenda ou subemenda com parecer fa-

vorável;

V - destaque de emenda aprovada, ou da parte de projeto, para constituir projeto separado;

VI - remessa a determinada Comissão de papéis despachados a outra;

VII - discussão e votação de proposição por títulos, capítulos, grupos de artigos ou de emendas;

VIII - adiamento da discussão ou da votação;

IX - encerramento de discussão;

X - votação por determinado processo;

XI - preferência;

XII - urgência;

XIII - audiência de uma Comissão sobre determinada matéria;

XIV - a inclusão de qualquer proposição na Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.

§ 3º - Serão escritos e sujeitos a apoio e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos sobre:

I - convocação de Secretário de Estado;

II - inserção nos Anais ou no Diário da Assembléia de documentos de publicação não-oficiais;

III - criação de Comissões Especiais;

IV - Sessões Extraordinárias;

V - Sessões Secretas;

VI - licença para tratamento de saúde ou de interesse particular;

VII - autorização para realizar missão de caráter diplomático ou cultural;

VIII - quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevindos no decurso das discussões ou das votações.

Art. 133 - A nenhum Deputado será permitido fazer seu o requerimento do outro, depois de por este retirado.

Art. 134 - Independência de apoio o requerimento subscrito por cinco ou mais Deputados.

Art. 135. Os requerimentos de informações somente poderão referir-se a fato relacionado com a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa.

§ 1º - Se no prazo de quarenta e oito horas os esclarecimentos forem espontaneamente prestados, o requerimento não será encaminhado.

§ 2º - Não sendo prestadas as informações no prazo de trinta dias, o Presidente da Assembléia, mediante pedido do autor, aplicará as penas contidas no parágrafo único do art. 55 da Constituição do Estado.

§ 3º - Recebida a resposta, essa constará do Expediente e será encaminhada ao Deputado requerente.

§ 4º - O Presidente deixará de encaminhar requerimento de informação que conte-

nha expressões descorteses, bem como deixará de receber resposta vazada em termos ofensivos da dignidade de Deputado ou da Assembléia, cientificando do ato o interessado.

Art. 136 - Se o Presidente decidir não encaminhar requerimento de informação dará conhecimento da decisão e de seus fundamentos ao autor, o qual poderá solicitar a audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

SEÇÃO IV

DAS EMENDAS

Art. 137 - Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

Art. 138 - As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º - Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º - Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3º - Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra.

§ 4º - Emenda modificativa é a proposição que não altera substancialmente a principal.

§ 5º - Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

§ 6º - A Mesa fará publicar, na Ata dos trabalhos da Assembléia, qualquer emenda que houver recusado com fundamento no parágrafo anterior.

§ 7º - As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

I - emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

II - emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica;

III - emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

§ 8º - A separação, em duas ou mais partes, de qualquer artigo, parágrafo, inciso ou alínea de sua proposição, será para efeito de sua votação, considerada emenda supressiva.

§ 9º - A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto.

Art. 139 - A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 140 - As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

Parágrafo Único - Independem de apoio-

mento as emendas das Comissões e as que forem subscritas por cinco Deputados.

Art. 141 - Nos projetos de competência exclusiva da Assembléia, dos Tribunais e dos Ministérios Público que disponham sobre criação ou extinção de cargos de sua Secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos Membros da Assembléia.

Art. 142 - As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - quando estiverem em pauta;

II - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

III - nas Comissões, pelos respectivos relatores ou pela maioria de seus Membros.

§ 1º - Apresentada emenda a projeto em discussão, em regime de urgência, o Presidente, encaminha-la-á à Comissão competente para opinar no prazo de quarenta e oito horas.

§ 2º - Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas, se tornar difícil o pronunciamento imediato do Plenário, o Presidente, a requerimento de Deputado, enviará o projeto e emendas à Comissão competente para emitir parecer, o qual será impresso e distribuído em avulsos sem sofrer discussão especial.

§ 3º - O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa, enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das comissões.

CAPÍTULO II

DAS DISCUSSÕES

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 143 - Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo será aprovado senão depois de ter passado por duas discussões, salvo os casos previstos expressamente neste Regimento.

Art. 144 - Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo poderá ser discutido, sem que tenha sido incluído na Ordem do Dia, pelo menos vinte e quatro horas antes.

Parágrafo Único - De uma a outra discussão o intervalo não poderá ser menor que de vinte e quatro horas.

Art. 145 - A primeira discussão de um projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo versará, exclusivamente, sobre a sua constitucionalidade, legalidade e será feita em globo.

Art. 146 - A segunda discussão será feita sobre cada artigo separadamente e as

emendas que forem oferecidas entrarão em discussão conjuntamente com os artigos a que se referirem.

§ 1º - Quando o projeto contiver um número considerável de artigos, a Assembléia poderá resolver, a requerimento de qualquer Deputado, que a segunda discussão se faça por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos.

Art. 147 - As emendas aceitas em segunda discussão passarão por mais uma discussão.

§ 1º - Essa nova discussão versará somente sobre as emendas aprovadas em segunda discussão.

§ 2º - Nessa discussão, é vedado oferecer outras emendas, salvo de redação.

Art. 148 - Adotado o projeto definitivamente, o mesmo será despachado com as emendas aprovadas à Comissão de Redação Final e, posto na devida forma, será impresso e distribuído em avulsos aos Deputados, entrando para a Ordem do Dia, a fim de ser discutida imediatamente a redação final.

Art. 149 - Os Deputados que desejarem falar numa discussão inscrever-se-ão após a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

§ 1º - Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição alternadamente, a favor e contra.

§ 2º - Respeitada a alternatividade, a palavra será concedida dentre os inscritos na seguinte forma:

I - ao autor da proposição;

II - aos relatores, respeitada a ordem de pronunciamento das respectivas Comissões;

III - ao autor do voto vencido, originariamente designado relator, respeitada a ordem indicada no número anterior.

Art. 150 - O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá:

I - desviar-se da questão em debate;

II - falar sobre o vencido;

III - usar de linguagem imprópria;

IV - ultrapassar o prazo regimental.

Art. 151 - Nenhum Deputado poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para solicitar a prorrogação de prazo ou levantar questão de ordem.

Art. 152 - Se um Deputado pretender falar sem que lhe haja sido dada a palavra, ou continuar com este gesto anti-regimental, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o a sentar-se, mas se, apesar dessa advertência e desse convite, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará por terminado o seu discurso.

Art. 153 - Em cada discussão, pode qualquer Deputado falar pelo prazo máximo de trinta minutos.

Parágrafo Único - Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emen-

dá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 154 - Sobre qualquer outra matéria em discussão não regulada por este Regimento, cada Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 155 - Se algum Deputado pedir a palavra sobre requerimento sujeito a discussão, será esta adiada para depois de ultimada a Ordem do Dia seguinte.

Art. 156 - O encerramento normal de qualquer discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

Art. 157 - É permitido a qualquer Deputado requerer o encerramento da discussão, observadas as seguintes regras:

I - na primeira discussão, desde que a matéria haja sido discutida em uma sessão anterior;

II - na segunda discussão, quando já tenham falado três oradores, pelo menos, sobre o assunto cuja discussão se pretender encerrar.

Art. 158 - O Deputado dirigirá as suas palavras ao Presidente ou à Assembléia de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descorteses.

Parágrafo Único - Referindo-se em discussão a um colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor e dar-lhe sempre o tratamento de Excelência quando a ele se dirigir.

SEÇÃO II

DO ADIAMENTO DA DISCUSSÃO

Art. 159 - Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez sessões e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado.

§ 1º - Ao projeto em regime de urgência não será admitido conceder adiamento.

§ 2º - Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais requerimentos será votado em primeiro lugar o de prazo mais longo.

CAPÍTULO III

DA VOTAÇÃO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 160 - A votação complementa o turno regimental da discussão.

§ 1º - Nenhuma matéria se porá em votação sem a presença de número legal de Deputados.

§ 2º - Durante o tempo destinado à votação, nenhum Deputado poderá deixar o recinto das Sessões.

§ 3º - Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa. Para efeito de quórum, seu voto será considerado em branco.

§ 4º - Proceder-se-á à imediata votação das proposições sujeitas à discussão, logo após o encerramento desta se houver número na Casa, ou se não tiverem sido emendadas. Caso tenham recebido emendas, retornarão às Comissões para parecer.

§ 5º - Só se interromperá a votação de uma proposição por falta de número, ou por se ter esgotado o período destinado à Ordem do Dia. Nesse último caso, não tendo havido prorrogação, a votação ficará adia-da, na parte em que se achar, para prosseguir na sessão seguinte.

Art. 161 - É lícito ao Deputado, depois da votação, enviar à Mesa, para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna.

Art. 162 - Salvo disposição constitucional ou regimental em contrário, as deliberações da Assembléia serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus Membros.

Art. 163 - Os Projetos Complementares à Constituição do Estado somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta da Assembléia, observadas, no seu trâmite, as demais normas regimentais para discussão e votação.

SEÇÃO II

DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO

Art. 164 - São três os processos de votação:

- I - simbólico;
- II - nominal;
- III - por escrutínio secreto.

Art. 165 - Pelo processo simbólico o Presidente, ao anunciar a votação de uma matéria, convidará os Deputados a favor para permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.

Parágrafo Único - A votação será de modo inversa se a proposição tiver recebido, dentre os pareceres das Comissões, pelo menos um voto contrário ou quando não houver parecer.

Art. 166 - Nas votações simbólicas, após proclamado pelo Presidente o seu resultado, qualquer Deputado que delas tenha

participado poderá pedir verificação de votação.

§ 1º - Requerida a verificação, o Presidente convidará a levantarem-se os Deputados que votaram a favor, a fim de ser procedida a contagem. Feita esta, e depois de sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantarem-se os que votaram contra, proclamando finalmente os resultados apurados, pró e contra.

§ 2º - É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e, caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente.

§ 3º - Não será procedida mais de uma verificação para cada votação.

Art. 167 - A votação nominal far-se-á pelo sistema eletrônico de votos, obedecidas as instruções estabelecidas pelo Presidente para sua utilização.

§ 1º - Concluída a votação, encaminhar-se-á à Mesa a respectiva listagem, que conterá os seguintes registros:

I - data e hora em que se fez a votação;

II - a matéria objeto da votação;

III - o nome de quem presidiu a votação;

IV - os nomes dos Líderes em exercício presentes à votação;

V - o resultado da votação;

VI - os nomes dos Deputados votantes, discriminando-se os que votaram a favor, os que votaram contra e os que se abstiveram.

§ 2º - A listagem de votação será publicada juntamente com a Ata da Sessão.

§ 3º - Só poderão ser feitas e aceitas reclamações quanto ao resultado de votação antes de ser anunciada a discussão ou votação de nova matéria.

§ 4º - Quando o sistema eletrônico não estiver em condições de funcionar, a votação nominal será feita pela chamada dos Deputados, observando-se que:

I - os nomes serão enunciados, em voz alta, pelo 1º Secretário;

II - os Deputados, levantando-se de suas respectivas cadeiras, responderão sim ou não, conforme aprovam ou rejeitam a matéria em votação;

III - as abstenções serão também anotadas pelo 1º Secretário.

§ 5º - Para se praticar a votação, fora dos casos previstos, será mister que algum Deputado o requeira por escrito e a Assembléia a admita.

Art. 168 - Para se praticar a votação por escrutínio secreto, a mesma será feita por meio de cédulas impressas ou datilografadas e recolhidas em urnas que ficarão sobre a Mesa.

Art. 169 - Far-se-á votação por escrutínio secreto somente quando assim o exigirem este Regimento e a Constituição do Estado.

SEÇÃO III

DO MÉTODO DE VOTAÇÃO E DO DESTAQUE

Art. 170 - Salvo deliberação em contrário, as proposições serão votadas em dois turnos.

Art. 171 - As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável, entre as quais se consideram as de Comissões, ou contrário.

§ 1º - Nos casos em que houver, em relação às emendas, pareceres divergentes das Comissões, serão votadas uma a uma, salvo deliberação em contrário.

§ 2º - O Plenário poderá conceder, a requerimento de qualquer Deputado, que a votação das emendas se faça destacadamente, ou uma a uma.

§ 3º - Também poderá ser deferida pelo Plenário a votação da proposição por partes, tais como: títulos, capítulos, artigos, seções ou grupos de artigos.

§ 4º - O pedido de destaque deverá ser feito antes de anunciada a votação.

§ 5º - O requerimento relacionado a qualquer proposição procede-lá na votação, observadas as exigências regimentais.

§ 6º - Destaque é o ato de separar uma proposição para possibilitar a sua votação isolada pelo Plenário.

SEÇÃO IV

DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 172 - No encaminhamento da votação, será assegurada a palavra a qualquer Deputado, para encaminhá-la pelo prazo de dez minutos.

Art. 173 - O encaminhamento da votação tem lugar logo após ter sido anunciada a votação.

Art. 174 - Para encaminhar a votação, cada Deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez.

SEÇÃO V

DO INTERSTÍCIO

Art. 175 - Denomina-se interstício o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

§ 1º - entre cada votação e a discussão seguinte de um mesmo projeto medirão vinte e quatro horas.

§ 2º - A Assembléia poderá diminuir esse interstício, a requerimento de qualquer Deputado, nunca, porém, de modo que

se faça na mesma Sessão uma votação e a discussão subsequente.

§ 3º - Não poderão ser dispensados de interstício para a discussão, após sua aprovação, os projetos emendados, que serão enviados às Comissões, para a redação do vencido e os de criação de cargos na Secretaria da Assembléia e Tribunais.

§ 4º - Será de quarenta e oito horas o prazo destinado à redação para nova discussão.

§ 5º - Tendo em vista a extensão do projeto e o número das emendas que lhe devem ser incorporadas na redação, o Presidente poderá prorrogar o prazo assinado às Comissões para esse fim.

Art. 176 - Nenhum projeto será discutido sem que tenha sido encaminhado para a Ordem do Dia pelo menos vinte e quatro horas antes.

CAPÍTULO IV

DA PREFERÊNCIA

Art. 177 - Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra ou outras.

Art. 178 - Terão preferência para discussão e votação as seguintes matérias, na ordem assim estabelecida:

- I - prorrogação da Sessão Legislativa;
- II - emenda constitucional;
- III - adiamento da Sessão Legislativa;
- IV - matéria considerada urgente;
- V - leis orçamentárias.

Art. 179 - Terão preferência na votação:

- I - as emendas supressivas;
- II - as emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como, sobre as aditivas e as modificativas;
- III - as emendas das Comissões sobre as dos Deputados.

Parágrafo Único - Os requerimentos de preferência serão escritos e resolvidos pela ordem de sua apresentação, mas, quando simultaneamente, a preferência será regulada pela importância da matéria a que se referirem, a critério do Presidente.

Art. 180 - A ordem regimental poderá ser alterada por deliberação da Assembléia.

§ 1º - Não será admitida a preferência de matéria em discussão sobre proposição em votação.

§ 2º - O requerimento de preferência para votação de qualquer artigo de uma proposição ou de uma emenda, sobre determinado artigo, deverá ser apresentado ao

se anunciar a votação deste.

§ 3º - Para a votação de uma emenda preferencialmente às outras, deverá o requerimento ser apresentado ao se enunciar esta.

§ 4º - Para preferência de que resulte inversão parcial ou total da Ordem do Dia, será necessário requerimento escrito e apoiado por cinco Deputados.

§ 5º - Independência desse número de assinaturas os requerimentos de preferência subscritos pelos Presidentes de Comissões Permanentes, pelos relatores de projetos ou por qualquer Membro da Mesa.

Art. 181 - Quando os requerimentos de preferência excederem a três, o Presidente verificará por consulta prévia, se a Assembleia admite modificação na Ordem do Dia.

§ 1º - Admitidas as modificações, os requerimentos serão considerados na ordem de sua apresentação.

§ 2º - Recusado, porém, a Assembleia admitir modificações na Ordem do Dia, considerar-se-ão prejudicados todos os requerimentos de preferência.

CAPÍTULO V

DA URGÊNCIA

Art. 182 - Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, mesmo verbal, das Comissões Permanentes, para que determinada proposição seja imediatamente considerada até sua decisão final.

Parágrafo Único - Os requerimentos de urgência serão escritos e a discussão em torno dos mesmos não poderá exceder de quinze minutos.

Art. 183 - Aprovado pela Assembleia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

a) será concedido o prazo de quarenta e oito horas a cada uma das Comissões Permanentes, que devam opinar a respeito, para que profiram os seus respectivos pareceres;

b) expirados os prazos em apreço, será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso haja merecido os pareceres das Comissões Permanentes;

c) na falta desses pareceres, a proposição figurará em pauta, na forma regimental, antes de ser incluída na Ordem do Dia.

Art. 184 - Tratando-se de iniciativa do Poder Executivo objetivando a abertura de crédito, será dispensada a proposição, desde que lhe seja dado o regime de urgên-

cia, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, indo a mesma diretamente à Comissão de Finanças.

Art. 185 - Não se tratando de proposição que implique abertura de crédito ou despesas para o erário, poderá a mesma, a requerimento de qualquer Deputado e por aprovação da Assembleia, ser incluída na Ordem do Dia, sem observância das formalidades previstas nos artigos anteriores.

Art. 186 - Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma Sessão Legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais for requerida urgência por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos Presidentes.

CAPÍTULO VI

DA REDAÇÃO FINAL

Art. 187 - Ultimada a votação, será o projeto com as respectivas emendas, se houver, enviado à Comissão de Redação Final para elaborar a redação, na conformidade com o vencedor.

§ 1º - Excetua-se do disposto neste artigo os projetos de lei orçamentária, tomada de contas do Governador e a emenda à Constituição, enviados à Comissão de orçamento, à Comissão de Tomada de Contas e à Comissão Especial de Reforma à Constituição, respectivamente.

§ 2º - A redação final será votada depois de publicada no Diário da Assembleia ou em avulsos.

§ 3º - A Assembleia poderá dispensar a publicação da redação quando a Comissão a aprovar por unanimidade.

§ 4º - A redação será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir, nos projetos aprovados em dois turnos, sem emendas.

Art. 188 - Só caberão emendas à redação final para evitar incorreções de linguagem, incoerência notória, contradição evidente ou absurdo manifesto.

§ 1º - A votação dessas emendas terá preferência sobre a redação final.

§ 2º - Aprovada a emenda, voltará a proposição à Comissão de Redação Final para apresentar nova redação final, dentro de quarenta e oito horas.

§ 3º - Quando, após a aprovação da redação final e até a expedição do Autógrafo, se verificar inexatidão do texto, o Presidente procederá à respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário. Não havendo impugnação, considerar-

-se-á aceita a correção, em caso contrário, caberá decisão do Plenário.

ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

Art. 189 - Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez e pelo prazo de quinze minutos.

Art. 198 - Proposta e emendas aprovadas, retornarão à Comissão Especial para elaborar a redação final.

CAPÍTULO VII

DO AUTÓGRAFO

Art. 190 - Os autógrafos reproduzirão a redação final, aprovada pelo Plenário, ou o texto original, quando dispensada.

Art. 199 - Aprovada e redação final, será a emenda promulgada pela Mesa da Assembléia, com o respectivo número de ordem.

Art. 191 - Os autógrafos relativos a projetos de iniciativa da Assembléia serão enviados à Sanção, acompanhados da autoria e do resumo das respectivas justificações. Parágrafo Único - Após a assinatura dos Autógrafos pelo Presidente da Assembléia, o 1º e 2º Secretários o farão num prazo de 48 horas, e na falta e impedimentos destes o 1º e 2º Secretários serão substituídos respectivamente pelo 3º e 4º Secretários.

CAPÍTULO II

DOS PROJETOS DE INICIATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO COM SOLICITAÇÃO DE URGÊNCIA

Art. 200 - A apreciação do projeto de lei de iniciativa do Governador do Estado, para o qual tenha solicitado urgência, consoante § 1º, § 2º e § 3º do art. 66 da Constituição do Estado, obedecerá ao seguinte: findo o prazo de quarenta e cinco dias de seu recebimento pela Assembléia Legislativa, sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação aos demais assuntos, para que se ultime sua votação.

§ 1º - A solicitação do regime de urgência poderá ser feita pelo Governador do Estado depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se a partir daí o disposto neste artigo.

§ 2º - Os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso da Assembléia nem se aplicam aos projetos de códigos.

TÍTULO V

DAS MATÉRIAS SUJEITAS À DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO I

DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 192 - Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas subscritas na forma da Constituição.

Art. 193 - A Assembléia constituirá Comissão Especial composta de cinco Membros para, no prazo de vinte dias opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo ao artigo anterior.

Art. 194 - Recebido e Publicado o Parecer da Comissão, a proposta e respectivas emendas serão incluídas na Ordem do Dia.

Art. 195 - A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco Sessões.

Art. 196 - Será aprovada a proposta, pelo processo nominal, que obtiver, em ambos os turnos, três quintos dos votos dos Membros da Assembléia Legislativa.

Art. 197 - Aplicam-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidir com os estatuídos nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas

CAPÍTULO III

DOS PROJETOS DE CÓDIGO OU DE CONSOLIDAÇÃO DE LEIS

Art. 201 - Recebido ou apresentado por qualquer Deputado um projeto de Código ou de Consolidação de Leis, será o mesmo impresso, a fim de ser distribuído.

§ 1º - A Mesa enviará exemplares do projeto às corporações técnicas em geral e às autoridades, cuja audiência possa ser útil, pedindo sugestões a respeito do projeto, as quais poderão ser enviadas dentro do prazo de sessenta dias.

§ 2º - Esgotado esse prazo, a Assembléia constituirá uma Comissão Especial de cinco Membros, para opinar, no prazo de trinta dias, sobre o projeto e as sugestões que tenham sido enviadas, podendo adotar aquelas que julgar convenientes.

§ 3º - Apresentado o parecer da Comissão Especial e depois de impresso juntamente com o projeto, permanecerá o mesmo sobre a Mesa durante quinze dias, para receber emendas.

§ 4º - Após o prazo do parágrafo anterior, a Comissão Especial interporá parecer sobre as emendas, no prazo de quinze dias.

§ 5º - Apresentando o parecer, impresso e distribuído, o projeto será dado a discussão, que poderá prolongar-se por vinte sessões.

§ 6º - A discussão e a votação serão feitas por títulos, não podendo qualquer Deputado falar mais de uma vez sobre cada título.

§ 7º - Quando a Assembléia o resolver, por dois terços de seus Membros, a votação poderá ser feita em globo.

§ 8º - A requerimento da Comissão Especial, sujeito a deliberação do Plenário, os prazos previstos neste capítulo poderão ser prorrogados até o dobro.

§ 9º - Aprovado o projeto definitivamente o mesmo retornará à Comissão Especial para elaboração da redação final.

§ 10 - Aprovada a redação final, será o projeto enviado à Sanção no prazo improrrogável de cinco Sessões.

Art. 202 - Não se fará a tramitação simultânea de mais de dois projetos de Código ou de Consolidação de Leis.

Parágrafo Único - A Mesa só receberá projetos de lei, para tramitação na forma deste Capítulo, quando a matéria, por sua complexidade ou abrangência, deve ser apreciada como de Código ou de Consolidação de Leis.

CAPÍTULO IV

DO PROJETO ORÇAMENTÁRIO

Art. 203 - Recebido o projeto de lei orçamentária, o Presidente comunicará a sua recepção ao Plenário em qualquer momento da Sessão, e, em seguida, a sua publicação em avulsos e remessa à Comissão de Orçamento.

Art. 204 - Durante dez dias, contados da data da distribuição dos avulsos do projeto, ficará ele, na Comissão de Orçamento, aguardando a apresentação de emendas.

Art. 205 - Escoado o prazo do artigo anterior, o Presidente da Comissão de Orçamento determinará a classificação das emendas, no prazo de sete dias.

Art. 206 - O Presidente da Comissão de Orçamento poderá designar um só relator para o projeto de lei orçamentária e emendas, ou vários relatores e um geral, incumbido da coordenação e condensação das conclusões dos pareceres parciais.

Parágrafo Único - Fica assegurado, ao relator ou relatores do projeto de lei orçamentária, o direito de apresentar juntamente com o parecer, emendas decorrentes do exame feito do projeto e emendas.

Art. 207 - A Comissão de Orçamento terá o prazo de dez dias, contados da publicação das emendas, para dar parecer sobre o projeto de lei e as emendas.

Art. 208 - Do parecer do relator sobre o projeto de lei orçamentária ou sobre as emendas não se concederá vistas a nenhum Deputado Membro da Comissão.

Parágrafo Único - Durante a discussão do parecer poderá usar da palavra qualquer Membro da Comissão por dez minutos, improrrogáveis, aos demais Deputados só será permitido usar da palavra por apenas cinco minutos. Depois de todos os oradores terem falado, o relator poderá replicar por prazo de quinze minutos improrrogáveis.

Art. 209 - A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos Membros da Assembléia requeira a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.

Art. 210 - O Governador do Estado poderá enviar mensagem propondo modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da matéria a ser alterada.

Parágrafo Único - Recebida a mensagem, o Presidente da Assembléia acertará com o Presidente da Comissão de Orçamento e o relator prazos especiais para publicação, apresentação de emendas, elaboração de parecer e pronunciamento da Comissão de Orçamento, a respeito da retificação proposta, bem como para a sua apreciação em Plenário.

Art. 211 - Devolvida a matéria à Mesa, depois de publicado o parecer sobre o projeto e emendas, serão o projeto e emendas cuja votação for requerida na forma do art. 209 incluídos na Ordem do Dia para discussão e votação, observado o interstício de quarenta e oito horas.

Art. 212 - Aprovado o projeto definitivamente, retornará o mesmo a Comissão de Orçamento, para elaboração da redação final.

Art. 213 - Aprovada a redação final, será o projeto de Lei Orçamentária enviado à Sanção governamental.

Art. 214 - Rejeitado o projeto de lei

orçamentária ou escoado o prazo sem a sua aprovação, o Presidente da Assembléia fará a devida comunicação ao Governador do Estado.

CAPÍTULO V

DOS PROJETOS VETADOS

Art. 215 - Os projetos devolvidos à Assembléia, com veto total ou parcial do Governador, serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias.

§ 1º - Com parecer ou sem ele, se a Comissão não o apresentar dentro de dez dias, será o projeto vetado incluído na Ordem do Dia.

§ 2º - O veto será apreciado em Sessão Única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados em escrutínio secreto.

§ 3º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 4º - Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Governador do Estado.

§ 5º - Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas, pelo Governador, nos casos do parágrafo anterior, o Presidente da Assembléia a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao 1º Vice-Presidente fazê-lo.

CAPÍTULO VI

DA INDICAÇÃO DO CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS E DO PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO

Art. 216 - Recebida a indicação, será constituída Comissão Especial, composta de cinco Membros, assegurada a representação proporcional, para, no prazo de três dias, opinar.

Parágrafo Único - A Comissão poderá ouvir o indicado, em sessão reservada.

Art. 217 - Recebido o parecer, a Mesa convocará Sessão Especial, dentro de quarenta e oito horas, para deliberar sobre o nome proposto.

Art. 218 - A Assembléia deliberará em discussão única, por maioria dos Deputados presentes, em votação secreta.

Art. 219 - Os oradores deverão inscre-

ver-se antes do início da discussão e do encaminhamento de votação, respectivamente.

Art. 220 - Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 221 - No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 222 - Os apartes, permitidos pelo orador, não poderão exceder a três minutos e serão permitidos no encaminhamento da votação.

Art. 223 - A Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

CAPÍTULO VII

DAS MODIFICAÇÕES DO REGIMENTO INTERNO

Art. 224 - O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

§ 1º - O projeto e o parecer da Comissão Executiva, depois de publicados e distribuídos, serão submetidos a discussão em dois dias de Sessão, pelo menos.

§ 2º - Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas, a Comissão Executiva, dentro de três dias, se pronunciará.

CAPÍTULO VIII

DA AUTORIZAÇÃO PARA O GOVERNADOR E O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO AUSENTAREM-SE DO PAÍS OU DO ESTADO

Art. 225 - Recebido o pedido de licença do Governador ou Vice-Governador do Estado para ausentarem-se do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze dias, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de três dias, opinará a respeito.

§ 1º - Recebido o parecer, a Mesa incluirá o projeto de Decreto Legislativo na Ordem do Dia.

§ 2º - A Assembléia deliberará, em discussão única, por maioria dos presentes, em votação simbólica.

§ 3º - Os oradores deverão inscrever-se antes do início da votação, respectivamente.

§ 4º - Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º - No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma

vez, pelo prazo de cinco minutos.

§ 6º - Os apartes não poderão exceder a dois minutos e não serão permitidos durante o encaminhamento da votação.

§ 7º - O Presidente da Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

CAPÍTULO IX

DA LEIS DELEGADAS

Art. 226 - A Assembléia poderá delegar poderes, de acordo com o art. 72 da Constituição do Estado.

Art. 227 - Não poderão ser objeto de delegação os atos da competência exclusiva da Assembléia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre:

I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e garantia de seus Membros;

II - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Art. 228 - A delegação poderá ser solicitada pelo Governador ou proposta por Líder ou um terço dos membros da Assembléia.

Art. 229 - Depois de publicada a matéria em avulsos, será constituída Comissão Especial, composta de cinco Membros, para emitir parecer sobre a proposta.

Art. 230 - A delegação do Governador terá forma de Resolução da Assembléia, que especificará o seu conteúdo e os termos para o seu exercício.

Art. 231 - O projeto de lei aprovado pela Comissão será remetido à Sanção, salvo se, no prazo de dez dias de sua publicação, a maioria dos Membros da Comissão ou um quinto da Assembléia requerer sua votação pelo Plenário.

§ 1º - Se for determinada a votação pelo Plenário, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

§ 2º - Sempre que for requerida a votação pelo Plenário, o parecer da Comissão e o projeto serão distribuídos em avulsos e, dentro de cinco dias, contados da distribuição, será convocada Sessão para a discussão e votação da matéria.

Art. 232 - O projeto de Resolução, uma vez aprovado, será promulgado dentro de vinte e quatro horas, feita a comunicação ao Governador do Estado, conforme o caso.

Art. 233 - O projeto elaborado pelo Governador do Estado será votado em glo-

bo, admitindo-se a votação destacada de partes consideradas, pela Comissão, em desacordo com o ato da delegação.

CAPÍTULO X

DA AUTORIZAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO CRIMINAL CONTRA O GOVERNADOR E O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO E OS SECRETÁRIOS DE ESTADO.

Art. 234 - A solicitação do presidente do Tribunal de Justiça do Estado para instauração de processo, na infrações penais comuns, contra o Governador e o Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado será instituída com cópia integral dos autos da ação penal originária.

§ 1º - Recebida a solicitação, o Presidente despachará o expediente à Comissão de Constituição e Justiça, observadas as seguintes normas:

I - perante a Comissão de Constituição e Justiça, o acusado ou seu defensor terá o prazo de dez sessões para apresentar defesa escrita e indicar provas;

II - se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la no mesmo prazo;

III - apresentada a defesa, a Comissão procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, findas as quais profirirá parecer no prazo de dez sessões concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização e oferecendo o respectivo projeto de Resolução;

IV - o parecer da Comissão será lido no expediente, publicado no Diário da Assembléia, distribuído em avulsos e incluído na Ordem do Dia da Sessão seguinte à de seu recebimento pela Mesa.

§ 2º - Se, da aprovação do parecer por dois terços da totalidade dos Membros da Casa, resultar que a acusação seja admitida, considerar-se-á autorizada a instauração do processo, na forma do projeto de Resolução.

§ 3º - A decisão será comunicada pelo Presidente ao Tribunal de Justiça do Estado dentro de duas Sessões.

CAPÍTULO XI

DO PROCESSO NOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNADOR E DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO E DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO

Art. 235 - O processo nos crimes de responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado obedecerá às disposições da legislação em vigor.

CAPÍTULO XII

DA CRIAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E DESMEMBRAMENTO DE MUNICÍPIOS

Art. 236 - A criação de Municípios, incorporação, fusão e desmembramento poderão ser feitas mediante consulta plebiscitária às populações interessadas, atendidas as disposições da Lei Complementar Estadual, obedecidos os seguintes requisitos:

- I - efetivação por lei estadual;
- II - consulta prévia, mediante plebiscito, à população da área a ser incorporada, fundida e desmembrada;
- III - preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;
- IV - não-constituição de área encravada no Município de origem.

Art. 237 - O procedimento para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Município terá início mediante representação, dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por, no mínimo, cem eleitores residentes e domiciliados nas áreas diretamente interessadas.

§ 1º - O projeto deverá apresentar a área da unidade proposta em divisas claras, precisas e contínuas.

§ 2º - A aprovação do plebiscito dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

§ 3º - Se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado não tiver sido suficiente ou o resultado do plebiscito for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma Sessão Legislativa.

Art. 238 - As representações sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, atendidas as exigências estabelecidas em lei, serão lidas em resumo no Expediente e encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça.

§ 1º - Dentro de dez dias do seu recebimento, a Comissão de Constituição e Justiça solicitará aos órgãos competentes informações sobre os requisitos exigidos em lei, para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

§ 2º - Atendidos os requisitos legais, a Comissão de Constituição e Justiça apresentará projeto de resolução solicitando plebiscito na área para a qual foi proposta a criação incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, conforme o caso.

§ 3º - Aprovado o projeto de resolução, por intermédio do Presidente da Assembléia, após a promulgação, será solicitado ao Tribunal competente a realização do plebiscito.

§ 4º - Recebida a comunicação do re-

sultado do plebiscito, através de certidão do Tribunal competente, a Comissão de Constituição e Justiça, dentro de dez dias, elaborará o projeto de lei.

§ 5º - Enviado à Mesa, o projeto de lei terá andamento segundo o rito estabelecido para as demais proposições.

§ 6º - Se for apresentada emenda durante o prazo da pauta, o projeto de lei voltará à Comissão para, em cinco dias, emitir parecer sobre ela.

§ 7º - Aprovado o projeto de lei nos seus próprios termos, será expedido o autógrafo, independentemente da redação final; se aprovado com alterações, será enviado à Comissão de Constituição e Justiça, a qual oferecerá redação final, no prazo de cinco dias.

TÍTULO VI

CAPÍTULO ÚNICO

DO DECORO PARLAMENTAR

Art. 239 - O Deputado que descumprir os deveres inerentes a seu mandato, ou praticar ato que afete a sua dignidade, estará sujeito ao processo e às medidas disciplinares previstas neste Regimento e no Código de Ética e Decoro Parlamentar, que poderá definir outras infrações e penalidades, entre as quais as seguintes:

- I - censura;
- II - perda temporária do exercício do mandato, não superior a trinta dias;
- III - perda de mandato.

§ 1º - Considera-se atentativo do decoro parlamentar usar, em discurso ou proposição, de expressões que configurem crime contra a honra ou contenham incitamento à prática de crime.

§ 2º - É incompatível com o decoro parlamentar:

- I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas a Membros da Assembléia Legislativa;
- II - a percepção de vantagens indevidas;
- III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

Art. 240 - A censura será verbal ou escrita.

§ 1º - A censura verbal será aplicada em Sessão pelo Presidente da Assembléia ou de Comissão, no âmbito desta, ou por quem o substituir, quando não caiba penalidade mais grave, ao Deputado que:

- I - não observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os previstos no Regimento Interno;
- II - praticar atos que infrinjam as

regras de boa conduta nas dependências da Casa;

III - perturbar a ordem das Sessões da Assembléia ou das Comissões.

§ 2º - a censura escrita será imposta pela Mesa, se outra cominação mais grave não couber, ao Deputado que:

I - usar em discurso ou proposição de expressões atentatórias do decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Assembléia ou desacatar, por atos ou palavras, outros parlamentares, a Mesa ou Comissão e respectivas presidências.

Art. 241 - Considera-se incurso na Sanção de perda temporária do exercício do mandato, por falta de decoro parlamentar, o Deputado que:

I - reincidir nas hipóteses previstas no parágrafo antecedente;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do Regimento Interno e do Código de Ética e Decoros Parlamentar;

III - Revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembléia ou Comissão haja resolvido deva ficar secreto;

IV - Revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar, sem motivo justificado, a dez Sessões Ordinárias consecutivas ou a quarenta e cinco intercaladas, dentro da Sessão Legislativa ordinária ou extraordinária.

Parágrafo Único - Nos casos dos incisos I a IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria dos Membros da Assembléia, assegurada ao infrator a oportunidade de ampla defesa.

Art. 242 - A perda do mandato aplicar-se-á nos casos e na forma prevista no art. 74 e seus parágrafos.

Art. 243 - Quando, no curso de uma discussão, um Deputado for acusado de ato que ofenda a sua honorabilidade, pode pedir ao Presidente da Assembléia ou de Comissão que mande apurar a veracidade da arguição e o cabimento de censura ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

TÍTULO VII

DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

CAPÍTULO ÚNICO

DA INICIATIVA DE LEIS

Art. 244 - A iniciativa popular pode

ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um centésimo do eleitorado paranaense, distribuído pelo menos por cinquenta Municípios, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II - as listas de assinaturas serão organizadas por Municípios e Distritos Administrativos ou Judiciários, em formulários padronizados pela Mesa da Assembléia;

III - o projeto será instruído com documento hábil do Tribunal Regional Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada território municipal, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;

IV - Será lícito a entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projetos de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas;

V - o projeto será protocolado e encaminhado ao Presidente da Assembléia, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação;

VI - o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;

VII - nas Comissões ou em Plenário, transformado em Comissão Geral, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem este tiver indicado quando da apresentação;

VIII - cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição e Justiça, em proposições autônomas, para tramitação em separado;

IX - não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição e Justiça escolhá-lo dos vícios formais para sua tramitação;

X - a Mesa designará Deputado para exercer, em relação a projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos por este Regimento ao autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido, com a sua anuência, previamente indicado com essa finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

TÍTULO VIII

CAPÍTULO ÚNICO

DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA

Art. 245 - Os serviços da Assembléia serão executados pela sua Secretaria e regulamento especial, que será considerado parte integrante deste Regimento.

§ 1º - O regulamento da Secretaria não poderá conter nenhuma disposição que contrarie este Regimento.

§ 2º - Cabe à Comissão Executiva apresentar Projeto de Resolução para elaborar e modificar o regulamento da Secretaria.

Art. 246 - É facultado à Comissão Executiva delegar a qualquer de seus Membros e ao Diretor Geral competência para a prática de atos Administrativos.

TÍTULO IX

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 247 - Salvo disposições em contrário, os prazos assinados em dias ou sessões neste Regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por Sessões Ordinárias da Assembléia efetivamente realizadas; os prazos fixados por mês contam-se da data a data.

§ 1º - Exclui-se do cômputo o dia ou sessão inicial e inclui-se do vencimento.

§ 2º - Os prazos, salvo disposições em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso parlamentar da Assembléia Legislativa.

Art. 248 - Os atos ou providências, cujos prazos se achem em fluência, devem ser praticados durante o período de expediente da Assembléia ou das Sessões Ordinárias, conforme o caso.

Art. 249 - É vedado dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências da Assembléia.

Art. 250 - Serão arquivados, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em Legislaturas anteriores.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Poder Executivo, da Mesa e aos projetos vetados.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, devidamente apoiado, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 sessões, do Projeto de Resolução n. 168/90. Prejudicado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 588/90, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI e OUTROS, que altera a redação das leis ns. 6639/74 e 7771/83, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 588/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Acir Mezzadri e outros, objetiva alterar a redação das leis ns. 6639 e 7771/83, conforme específica.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental do projeto de lei em tela, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 554/90, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que autoriza o Poder Executivo a isentar de tributação os produtos componentes da Cesta Básica de Alimentos. Com PARECER favorável da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 554/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Lindolfo Júnior, objetiva autorizar o Poder Executivo a isentar de tributação os produtos componentes da Cesta Básica de Alimentos.

Ao proceder-se à análise legal e constitucional da presente iniciativa, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.11.90.

(aa) WERNER WANDERER

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores De-

putados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 494/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 173/90), que aprova Créditos Suplementares aos vigentes Orçamentos Próprios de Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado. (Public. no DA. n.º 117, de 09.10.90 - Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 565/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Ofício n.º 321/90), que altera dispositivos do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado. (Public. no DA. n.º 134, de 07.11.90 - Ofício).

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 463/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 150/90), que abre, no Orçamento Próprio do Departamento de Imprensa Oficial do Estado/DIOE, um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de cruzeiros), conforme específica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 464/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 149/90), que abre, no Orçamento Próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha/FCMR, um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), conforme específica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 546/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 188/90), que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 51.500.000,00 (cinquenta e um milhões e quinhentos mil cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI N.º 546/90

Inclua-se onde couber o seguinte artigo e parágrafo único:

Art. ... - Fica aberto crédito suplementar, no valor de Cr\$ 30.000.000,00

(trinta milhões de cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Transportes para transferência de recursos ao município de Guaratuba para atender despesas com a conclusão de obras contra a erosão marítima (aterro do Minhocão)

Parágrafo Único: Para cobrir o crédito suplementar aberto no "caput" deste artigo, ficam indicados em igual montante recursos provenientes do excesso de arrecadação nos termos do art. 43, § 1.º, inciso II e § 3.º, da Lei n. 4320 de 17 de março de 1964.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Apoiamento:

Antônio Annibelli, Acir Mezzadri, Hermas Brandão e Luciano Pizzatto.

JUSTIFICATIVA:

O município de Guaratuba necessita deste recurso devido à erosão marítima que a anos vem ocorrendo naquele balneário. O mesmo conta com infra-estrutura suficiente para que os trabalhos de conclusão das obras tornem-se um tanto mais rápidos, fazendo com que a cidade volte a contar com tal atração turística.

Por diversas oportunidades, órgãos governamentais aplicaram recursos visando estudos para a correção da erosão marítima.

Julgamos que o momento é propício para sanar de vez com o problema que vem se arrastando por várias administrações sucessivas.

Emenda. - Aprovada.

Projeto. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 570/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 199/90), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Faculdades Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA, com sede e foro na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para encaminhar)

Senhor Presidente, quero fazer no encaminhamento, um rápido registro no momento que se vota em 3.^a discussão o Projeto de Lei n.º 570 de autoria do Poder Executivo que autoriza aquele Poder instituir a Fundação Faculdade Estadual de Paranavaí a FAFIPA, quero congratular-me não só com Paranavaí como a região Noroeste que o Governador com encaminhamento dessa Mensagem não só cumpre e atende um compromisso antigo seu com aquela região e por conseguinte, também, além do Senhor Governador é extensivo, essa minha manifestação de aplauso a toda a região, especialmente ao Deputado Baggio, que vem ao longo

dos anos trabalhando incansavelmente para conseguir que aquela Faculdade, a nossa Faculdade da Região Noroeste, com sede em Paranavaí fosse estadualizada. Assim, estando ausente o ilustre Deputado Baggio, desta sessão, eu queria fazer este registro e congratular-me com o Senhor Deputado, com esta vitória, que desde a elaboração da Constituição Estadual vem o Deputado Baggio insistentemente trabalhando e conseguindo não só como conseguiu inserir nas disposições transitórias da nossa Constituição, conseguiu posteriormente, dadas às visitas constantes com o Senhor Governador culminando agora com o encaminhamento dessa Mensagem.

Portanto, quero fazer desse registro de reconhecimento pelo trabalho do Deputado Baggio, um momento em que me parablenizo com os Senhores professores, alunos da Faculdade de Paranavaí.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, o nobre Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Com o mesmo objetivo, Deputado Basílio Zanusso por diversas vezes na Faculdade de Paranavaí acompanhamos a luta do estudante, do professor da direção daquela faculdade. E a luta dos representantes políticos, em estadualizar uma Faculdade importante, que já possui um Campus Universitário, diversos cursos, já passando de milhares de estudantes.

Portanto, quero registrar este projeto, a aprovação, neste momento, e parabenizar o Deputado Eduardo Baggio. Quantas e quantas vezes nos pediu o apoio, quantas e quantas vezes nos procurou para fazer a realidade da Faculdade Estadual de Paranavaí.

Portanto, deixamos registrado o nosso parabéns, e o nosso reconhecimento ao trabalho do Deputado Eduardo Baggio, representantes de Paranavaí, e nas palavras do deputado Basílio Zanusso.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Senhor Presidente eu gostaria também de fazer um agradecimento a todos os Deputados que não mediram esforços para que este dia tão esperado da Faculdade de Paranavaí em estadualizá-la.

Nós temos a honra de ter aqui presentes os Diretores da Faculdade, para virem presenciar este dia, que eu tenho a certeza, está marcando época, será gravado na história de Paranavaí, a aprovação deste projeto de lei, o qual estadualiza a nossa Faculdade. Quem ganha com isto é a popula-

ção da região de Paranavaí; são os alunos de Paranavaí que são os vitoriosos, e vão fazer com que aquelas famílias que não dispunham de recursos para que seus filhos pudessem continuar estudando, principalmente o 3º grau, e, hoje esta realidade, este fato consumado graças a boa vontade e ao entendimento dos meus nobres Deputados aqui desta Casa.

A esta Mesa, em nome da comunidade de Paranavaí, aos nobres Deputados, o nosso muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, apenas gostaria de parabenizar todos aqueles que lutaram pela estadualização da FAFIPA, já que durante alguns meses nós residimos naquela cidade, tínhamos duas emissoras de rádio: a rádio Cultura e a rádio Paranavaí. E apresentamos no início do nosso mandato também um Projeto para estadualizar a FAFIPA. Sempre estivemos ao lado do Deputado Baggio que trazia as aspirações, os desejos da região Noroeste e, principalmente de Paranavaí.

Parabéns a todos aqueles que lutaram para a estadualização da FAFIPA. Lutamos também na Constituição para que houvesse uma integração e uma extensão da Universidade Estadual de Maringá, e consta das disposições transitórias. Acho que este mérito, acima de tudo, é também do Deputado Baggio, que muito lutou e conseguiu com todos aqueles que ajudaram a região Noroeste e a cidade de Paranavaí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei n. 582/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Ofício n. 83/90K), que altera o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e adota outras providências. Com PARER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 sessões, do projeto de Lei n. 582/90. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 5 sessões, o Projeto de Lei n. 582/90.

A Mesa encaminhará, na ocasião as Emendas.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 139/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 28/90, ex-Proposição n. 25/90), que ratifica o convênio já celebrado, por motivo de urgência, em 29.12.89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário

Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, objetivando a realização de projeto de pesquisa científica. COM PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 140/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 27/90), ex-Proposição n. 24/90), que ratifica o convênio celebrado em 29.12.89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão - FACIBEL, objetivando a realização dos cursos que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 141/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 23/90, ex-Proposição n. 20/90), que ratifica o Termo de Cooperação firmado em 17.01.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná e o Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado do Paraná, objetivando a inserção da contribuição síndica no Documento Único de Trânsito - DUT. COM PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 142/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 21/90, ex-Proposição n. 18/90), que ratifica o convênio celebrado em 29.12.89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná IAPAR, objetivando a realização de projeto de pesquisa e tecnologia. COM PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 143/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n. 14/90, ex-Proposição n. 11/90) que ratifica o convênio n. 03/90/COMEC, celebrado em 22.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba- COMEC e do Município de Colombo, objetivando aplicação de recursos financeiros estaduais na

pavimentação do acesso ao Jardim das Graças, através da Rua Dalprá e rua Angelo Falavinha Dalprá, na sede do referido município. COM PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 144/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n. 16/90- ex-Proposição n. 13/90), que ratifica o Termo de Ajuste celebrado em 18.01.90, entre a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral e a FASPAR, objetivando a prestação de serviços à SEPL pela FASPAR, através da colocação de Guardas Mirins. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 156/90, de autoria da Comissão Executiva, que fixa remuneração do Governador e do vice-Governador do Estado para o exercício de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 157/90, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a remuneração dos Deputados à Assembléia Legislativa, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 469/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 163/90), que acrescenta à programação das Secretarias de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Segurança Pública, a importância de Cr\$ 76.629.508,00 (setenta e seis milhões, seiscentos e vinte e nove mil, quinhentos e oito cruzeiros), para dar atendimento ao Convênio firmado com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis- IBAMA, visando a preservação e conservação da Floresta Atlântica. COM PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N.º 469/90

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 163/90, tem por finalidade acrescentar à programação das Secretarias de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e Segurança Pública, a importância de Cr\$ 76.629.508,00, para dar atendimento ao Convênio firmado com o Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, visando a preservação e conservação da Floresta Atlântica.

Ao proceder à sua análise legal, constitucional e regimental, verificamos que o projeto em tela atenda ao disposto

no artigo 135, inciso V, da Constituição Estadual.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 495/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 145/90), que autoriza o Poder Executivo a alterar os fins sociais da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns-COPASA, que passa a denominar-se COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - CODAPAR, e terá por objetivo a execução de atividades de armazenagem, abastecimento e fomento agropecuário. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

1. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 495/90

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 145/90, objetivando alterar os fins sociais da COPASA, dando-lhe nova denominação- Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná-CODAPAR, e adotando outras providências.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela Aprovação do presente projeto de resolução.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 513/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 178/90), que aprova Créditos Suplementares ao Orçamento do Estado no montante de Cr\$ 275.123.649,00 (duzentos e setenta e cinco milhões, cento e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e nove cruzeiros), conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, emendas aditivas de Plenário, em nº de 02, de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana e Rubens Bueno, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 513/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 178/90, tem por finalidade aprovar créditos suplementares ao Orçamento do Estado no montante de Cr\$ 275.123.649,00 (duzentos e setenta e cinco milhões, cento e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e nove cruzeiros), conforme especifica.

Ao proceder a sua análise legal, constitucional e regimental, verificamos que o Projeto em tela atende ao disposto no art. 135, inciso V, da Constituição Estadual.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 513/90

Artigo Único - O Projeto de Lei nº 513/90, fica acrescido de um artigo com a seguinte redação.

"Art. .. - Fica também aprovado um crédito suplementar ao atual orçamento da SUREHMA, atividade 7500.13770212.179- Manutenção das Atividades da SUREHMA, nas seguintes rubricas e valores:

3191 - Cr\$ 25.200.000,00

4191 - Cr\$ 7.050.000,00

4130 - Cr\$ 26.000.000,00

Sendo cancelada a importância de Cr\$ 58.250.000,00 (cinquenta e oito milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros), do orçamento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, projeto 3103.07583231.058 - Estudos e Programas para Cidades Especiais, elemento de despesa 4130- Investimentos em Regime de Execução Especial.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamto: Vera Agibert, Nilton Barbosa, Neivo Beraldin, Lauro Lobo Alcantara.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

De conformidade com a Lei nº 9.173, de 27 de dezembro de 1989, no que diz respeito às Fundações, Requer a inclusão da FACILCAM - Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, na destinação de recursos de ordem orçamentária, passando a constar da Mensagem Governamental nº 178/90.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoio: Nelson Vasconcellos, João Ar-
ruda, e 02 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

Os recursos financeiros que atualmente se destinam à FACILCAM, praticamente li-
mitam-se ao pagamento de pessoal e à manu-
tenção de investimentos concernentes a
elevação da qualidade do processo didáti-
co-pedagógico.

Além disso, se encontra em curso a
edificação de obras que objetivam adequar
e ampliar o seu espaço físico, exigindo a
ampliação estimada de pelo menos 60 mi-
lhões de cruzeiros. Aprovado, artigo por
artigo.

Emendas: Aprovadas.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°
533/90, de autoria do Poder Executivo
(Mensagem n° 183/90) que aprova Créditos
Suplementares ao Orçamento Geral do Esta-
do, inclusive transferência de recursos a
entidades vinculadas da Administração In-
direta. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão
Geral.

Sobre o referido projeto, emendas de
Plenário, em n° de 02, sendo uma substitui-
tiva e outra aditiva, de autoria dos Se-
nhores Deputados Caíto Quintana e Luciano
Pizzatto, respectivamente, devidamente
apoiadas, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 533/90

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da
Mensagem Governamental n° 183/90, tem por
finalidade, aprovar créditos suplementares
ao Orçamento Geral do Estado, inclusive
transferência de recursos à entidade vin-
culada da Administração Indireta.

Analisando a presente matéria entende
esta Comissão Geral que a mesma encontra-
-se em conformidade com os ditames consti-
tucionais vigentes.

Nestas condições, nosso parecer é FA-
VORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N° 01
AO PROJETO DE LEI N° 533/90

Artigo Único - Os Anexos I, II, III e
IV do Projeto de Lei em tela, passam a ser
os apensos à presente Emenda.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoio: Neivo Beraldin, Lauro Lobo Al-
cantara, Vera Agibert, Nilton Barbosa.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 02

Art... - Para efeitos do contido no
Anexo I, código 1088- Desenvolvimento de
Projetos Finalísticos das Unidades Progra-
máticas da SETR, natureza da despesa
4323.00, fonte 00, no valor de Cr\$
75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de
cruzeiros), os recursos serão destinados
ao Município de Apucarana, para execução
do trecho rodoviário Correia de Freitas
Barreiros.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

Apoio: Pirajá Ferreira, Hermas Bran-
dão, Nelson Vasconcellos.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda vem de esclarecer o
contido na Mensagem governamental com o
proposto no Projeto. Aprovado o Projeto,
artigo por artigo.

Emendas: Aprovadas.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°
558/90, de autoria do Poder Executivo
(Mensagem n° 191/90), que aprova um Crédi-
to Suplementar no valor de Cr\$
200.000.000,00 (duzentos milhões de cru-
zeiros) para a Secretaria dos Transportes,
visando o pagamento de parte da dívida
contraída pelo DER, junto ao Banco Nacio-
nal de Desenvolvimento Econômico e Social-
BNDES, conforme especifica. Com PARECER
FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. EM REGIME DE
URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 558/90

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da
Mensagem Governamental n° 191/90, tem por
finalidade aprovar um crédito Suplementar
no valor de Cr\$ 200.000.000,00 para a
Secretaria dos Transportes, visando o pa-
gamento de parte da dívida contraída pelo
DER, junto ao Banco Nacional de Desenvol-
vimento Econômico e Social- BNDES, confor-
me especifica.

Analisando a presente matéria, entende
esta Comissão Geral que a mesma encontra-
-se em conformidade com os ditames consti-
tucionais vigentes.

Nestas condições, nosso parecer é FA-
VORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 559/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 190/90), que aprova um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para a chefia do Poder Executivo, viabilizando a liberação de parcela de empréstimo do contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal para a construção do Ambulatório do Hospital Universitário de Londrina, conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 559/90

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 190/90, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para a Chefia do Poder Executivo, viabilizando a liberação a parcela de empréstimo do contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal para a construção de ambulatório do Hospital Universitário de Londrina, conforme especifica.

Analisando a presente matéria, entende esta Comissão Geral que a mesma encontra-se em conformidade com os ditames constitucionais vigentes.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 560/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 196/90) que estende aos ocupantes dos cargos de nível universitário da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, inclusive aos inativos a Gratificação de Responsabilidade Técnica, prevista pela Lei n° 9.049, de 06 de julho de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 560/90

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo das Mensagens Governamentais n°s 196 e 197/90, objetiva estender aos ocupantes de

cargos de nível universitário da administração direta e autárquica do Poder Executivo, inclusive aos inativos e cargos de Assessor Técnico, a gratificação de Responsabilidade Técnica prevista na Lei n° 9.049, de 06.07.89.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, ressaltado o amplo aspecto meritório da iniciativa.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela Aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI N° 560/90

PARECER:

O artigo 1° do Projeto de Lei n° 560/90, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - A Gratificação de Responsabilidade Técnica, prevista pela Lei n° 9.049, de 06 de julho de 1989, fica estendida aos ocupantes dos cargos de nível universitário da administração direta, autárquica e das fundações do Poder Executivo, inclusive aos inativos, conforme nomenclatura de cargos constantes do anexo à presente lei, no mesmo percentual, aplicado sobre os respectivos vencimentos e para todos os efeitos legais".

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoio: Nelson Vasconcellos, Luciano Pizzatto, João Arruda, Basílio Zanuso.

JUSTIFICATIVA:

A Mensagem Governamental encaminhada a esta Casa, prevê a Gratificação de Responsabilidade Técnica, prevista pela Lei n° 9.049, aos ocupantes de cargo universitário, somente aos servidores públicos da Administração direta e autárquica do Poder Executivo.

Neste sentido, Senhores Presidente e Deputados, assegura-se um direito restrito a uma parte do Poder Público, no caso as diretas e autarquias, deixando, no entanto, excluídos os servidores que integram as fundações.

O serviço público deve sempre estar atento para não criar estruturas viciadas, promover privilégios ou concessões, e, sobretudo, evitar distorções que agridam os elementares direitos de igualdade e cidadania.

Os profissionais das fundações possuem tanta responsabilidade técnica quanto

aqueles que atuam na administração direta e autárquica, devendo prevalecer o princípio da isonomia.

Ademais, cumpre ressaltar finalmente, que os funcionários das fundações têm exercido a sua profissão com inequívoca dedicação, cujo trabalho o Estado e a sociedade não pode de forma alguma prescindir, como também não devem negar o legítimo direito de reconhecer à sua qualificação, tal qual pretende-se estabelecer à administração direta e à autárquica.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Ouviremos com prazer o encaminhamento de votação de V.Exa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Projeto de Lei n° 560, oriundo da Mensagem Governamental n° 196, pretende estender a todos aqueles que possuem grau universitário das empresas diretas e autárquicas do Poder Executivo os benefícios que já foram concedidos, anteriormente, através de lei, a algumas categorias profissionais.

É bom que se ressalte neste momento, Senhor Presidente, que esse benefício, outrora concedido, teve origem neste Parlamento através de projeto de lei subscrito inicialmente por V.Exa. Deputado Anibal Khury e que teve também na pessoa do nosso futuro Vice-Governador, Deputado Mário Pereira, peça fundamental para que pudesse ser implantado naquela ocasião o benefício referente aos 40% de acréscimo a título de anotação de responsabilidade.

Hoje o Governador vem corrigir, no nosso entendimento, uma falha que existia e que ainda existe, porque diversas outras categorias profissionais estavam alheias e não recebendo esse benefício. No nosso entendimento, a mensagem ainda deixa algumas lacunas e nós tínhamos inclusive uma emenda já subscrita, mas temos conhecimento que emendas já foram apresentadas, no sentido de que esse benefício também venha a ser estendido no futuro às Fundações e às empresas do Estado, porque nós entendemos e citaríamos aqui apenas, a título de exemplo, o pessoal do IPARDES, o pessoal da FAMEPAR, o pessoal da FASPAR e também o pessoal da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, todos diretamente ligados às ações do Governo e às atribuições e tarefas governamentais, que por esta mensagem que estamos aprovando através do Projeto n° 560 ainda não serão beneficiadas com este adicional, com esta notação de responsabilidade técnica.

Existem emendas que estão sendo anexa-

das nesta ocasião em que votamos pela segunda vez este projeto, que merecem de nós a aprovação, embora saibamos que dificilmente serão acatadas por S.Excia., dado a origem que está tendo, mas entendo que nós, se não for possível desta feita conquistar esse benefício, temos que nos manter alertas e atuantes no sentido de que S.Excia. o Governador, mande também para cá uma mensagem ou acate a decisão desta Assembléia de se implantar também para Fundações e empresas públicas os benefícios da notação de responsabilidade técnica que hoje com justiça, embora um pouco tarde, mas com justiça é estendida a outros profissionais de nível superior da Administração Direta e Autárquica.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Aprovado, o Projeto, artigo por artigo.
Emenda: Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 569/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 198/90), que dispõe sobre o enquadramento da categoria dos Engenheiros e Arquitetos na sistemática da Lei n° 7.424, de 17 de dezembro de 1980, conforme específica. Com Parecer Favorável da Comissão Geral. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 569/90

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da mensagem governamental n° 198/90, dispõe sobre o enquadramento da categoria dos engenheiros e arquitetos na sistemática da Lei 7.424, de 17 de dezembro de 1980.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, esta Comissão Geral, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pelo APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;
HERMAS BRANDÃO - Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 576/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 203/90), que reestima a Receita de Recolhimento Centralizado e autoriza a abertura de Créditos Suplementares para atender despesas do Pessoal e Encargos Sociais. Com Parecer Favorável da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 576/90

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, Mensagem Governamental n° 203/90, tem por finalidade reestimar a Receita de Recolhimento Centralizado e autoriza a abertura de Créditos Suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

Analisando a matéria, entende esta Comissão Geral que a mesma encontra-se em conformidade com os ditames constitucionais vigentes.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) HERMAS BRANDÃO

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 277/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 202/90), que aprova um Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, para a Fundação Teatro Guaíra no valor de Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros), conforme especifica. Com Parecer Favorável da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 577/90

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 202/90, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, para a Fundação Teatro Guaíra, no valor de Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros), conforme especifica.

Analisando a matéria, entende esta Comissão Geral que a mesma encontra-se em conformidade com os ditames constitucionais vigentes.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

HERMAS BRANDÃO - Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 53/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Mauá da Serra. Com Parecer Favorável da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 053/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de

autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Mauá da Serra.

O projeto de resolução em tela atende ao disposto no art.19, § 1°, II, da Constituição Estadual, sendo que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, esta Comissão Geral, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do projeto de resolução em exame.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

PIRAJÁ FERREIRA - Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 054/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Pirapó. Com Parecer Favorável da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 054/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade de autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Pirapó.

O projeto de resolução em tela atende ao disposto no art.19, § 1°, II da Constituição Estadual, sendo que nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão Geral, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Resolução.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

PIRAJÁ FERREIRA - Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 113/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Tamarana. Com Parecer Favorável da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 113/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de

autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade, autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Tamarana.

O projeto de resolução em tela, atende o disposto no art.19, § 1º, II da Constituição Estadual, sendo que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de resolução.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

PIRAJÁ FERREIRA - Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 116/90, de autoria da Comissão de Tomada de Contas (ex-Proposição nº 051/89), que ratifica a decisão do Tribunal de Contas do Estado, proferida no acórdão nº 1476 de 27.06.89, referente a Prestação de Contas da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR. Com Parecer Favorável da Comissão de Tomadas de Contas. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 117/90, de autoria da Comissão de Tomada de Contas (ex-Proposição nº 035/90), que aprova as Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1988. Com Parecer Favorável da Comissão de Tomada de Contas. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 118/90, de autoria da Comissão de Tomada de Contas (ex-Proposição nº 058/90), que aprova as Contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa, referente ao exercício de 1989. Com Parecer Favorável da Comissão de Tomada de Contas. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 145/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem nº 17/90 - ex-Proposição nº 14/90), que ratifica o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Empresa de Portos do Brasil S/A, PORTOBRÁS, com a interveniência da Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A - FERROESTE, visando o aproveitamento múltiplo das hidrovias do Rio Paraná e do Rio Ivaí, com integração do terminal ferroviário de Guaíra. Com Parecer Favorável da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 146/90, de autoria da Comissão Geral (Men-

sagem nº 26/90 - ex-Proposição nº 23/90), que ratifica o convênio celebrado em 15.12.89, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Marinha, com a interveniência da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, objetivando o desenvolvimento dos subprojetos W09-2046 - GERENCIAMENTO COSTEIRO E 0100 - ZONEAMENTO COSTEIRO, no litoral Paranaense. Com Parecer Favorável da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 148/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem nº 38/90 - ex-Proposição nº 33/90), que ratifica o Convênios celebrados, por motivo de urgência, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, e dos Municípios que especifica. Com Parecer Favorável da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 149/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem nº 48/90 - ex-Proposição nº 38/90), que ratifica o Termo de Acordo, celebrado em 11.01.90, entre o Estado do Paraná, através da Casa Civil da Governadoria e o Centro de Integração Empresa Escola do Paraná - CIEE, objetivando a concessão de oportunidades de estágio supervisionado para estudantes de cursos superiores e/ou médio profissionalizante. Com Parecer Favorável da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 150/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem nº 49/90 - ex-Proposição nº 39/90), que ratifica o Termo de Acordo, celebrado em 11.01.90, entre a Casa Civil da Governadoria e a Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, objetivando a concessão de bolsas de treinamento para estagiários Guardas Mirins. Com Parecer Favorável da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 151/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem nº 52/90 - ex-Proposição nº 40/90), que ratifica o Termo de Acordo, celebrado em 11.01.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, objetivando a manutenção ou implantação de trechos de estradas nos municípios que especifica. Com Parecer Favorável da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 152/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 51/90 - ex-Proposição n° 41/90), que ratifica os convênios já celebrados por motivo de urgência entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os municípios de Astorga em 20.02.90, Foz do Iguaçu em 22.02.90, Missal em 22.02.90 e Toledo em 22.02.90, objetivando manutenção e reparo dos veículos, instalações e equipamentos da Polícia Militar nos respectivos municípios. Com Parecer Favorável da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 153/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 73/90 - ex-Proposição n° 46/90), que ratifica o convênio celebrado em 26.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e o Movimento de Ação Ecológica - MAE, visando a promoção de atividade de educação ambiental, durante a "Operação Verão 90", no litoral paranaense, e ao Termo Aditivo de 09.02.90. Com Parecer Favorável da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 046/90

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 73/90, a presente proposição solicita a ratificação por esta Casa de Leis ao convênio celebrado em 26/12/89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e o Movimento de Ação Ecológica - MAE, visando a promoção de atividades de educação ambiental, durante a "Operação Verão 90" ao litoral paranaense, e ao termo aditivo de 09.02.90.

Conforme reza a Constituição Estadual, em seu artigo 54, inc. XXI, que é competência privativa da Assembléia Legislativa ratificar os convênios, que por motivo de urgência e de relevante interesse, forem efetivados sem essa autorização, desde que encaminhados a este Poder nos noventa dias subsequentes à sua celebração.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução em anexo.

Sala das Sessões, em 21.11.90

(aa) WERNER WANDERER - Presidente;
LAURO LOBO ALCANTARA - Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 154/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 35/90 - ex-Proposição n. 30/90), que ratifica os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os municípios

que especifica, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídas na forma do Programa Paraná Rural. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 155/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 37/90 - ex-Proposição n. 32/90), que referenda os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente da SUREHMA e da SANEPAR e os municípios que especifica, objetivando implantação do sistema de abastecimento de água no meio rural. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 369/89, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Farol, com sede e foro no município de Campo Mourão. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 112/89, de 05.12.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 369/89

P A R E C E R:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Relator do projeto de lei, n. 369/89, de autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, requeiro seja o mesmo retido nesta Comissão até que a entidade complete 1 ano de personalidade jurídica, o que ocorrerá na data de 25 de abril de 1990, segundo documentação anexa, para que posteriormente a proposição venha a ser analisada.

É o requerimento.

Sala das Sessões, em 19.12.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

RAUL LOPES

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 041/90, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que concede Transporte Coletivo Intermunicipal Gratuito, para maiores de 65 anos de idade, em todo o território Paranaense. Aprovado. (Publ. no DA. n° 03, de 20.02.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 500/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 160/90), que autoriza o Poder Executivo a firmar com o Município de Porecatu, Termo de Cessão de Uso de Imóvel

pertencente ao Estado do Paraná, havido conforme transcrição n° 2.582, de 04.08.86, no livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis do 1° Ofício da Comarca de Porecatu. Aprovado. (Publ. no DA. n° 117 de 09.10.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 519/90, de autoria do Deputado João Arruda, que altera a redação do Memorial Descritivo dos limites e confrontações do Município de Flor da Serra, constante do Artigo 1° da Lei n° 9.300, de 18.06.90. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 121, de 16.10.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 522/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Fundação Sokolki NZ, com sede e foro na cidade de Curitiba-Pr. Aprovado. (Publ. no DA. n° 122, de 17.10.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 541/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 185/90), que institui o vale-transporte no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no DA. n° 129, de 30.10.90-Mensagem).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 568/90, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que altera disposição de Lei que criou a Carteira de Providência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário (Lei n° 7.567, de 08.01.82). Aprovado. (Publ. no DA. 137, de 13.11.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 572/90, de autoria do Deputado Artagnão Mattos Leão, que acrescenta artigos à Lei n° 9.295, que cria a Universidade do Centro-Oeste do Paraná. Aprovado. (Publ. no DA. n° 139, de 19.11.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 574/90, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n° 201/90), que altera os dispositivos da Lei n° 8.925, de 28 de dezembro de 1988, referente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 140, de 20.11.90- Mensagem).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 121/90, de autoria da Comissão de tomada de Contas (ex-Proposição n° 166/90- Ofício n° 757/90), que aprova a Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, relativas ao Exercício Financeiro de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 121/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica aprovada a Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1989.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.90.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO N° 166/90

P A R E C E R:

A proposição em exame, trata da prestação de Contas do Exercício Financeiro de 1989, do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A matéria cumpre o disposto no artigo 54, inciso XIX da Carta Magna Estadual.

Verificamos que a autoridade responsável pelo processo de Prestação de Contas, encaminhou os elementos exigidos de conformidade com a legislação em vigor, a Inspeção Geral de Controle, que emitiu a instrução n. 034/90, concluiu, após analisadas as contas sob o aspecto técnico-contábil, encontrararem-se as mesmas de forma regular.

A douta Procuradoria do Estado, junto aquele Tribunal, na pessoa do Procurador Túlio Vargas, com o visto do Procurador Geral Horácio Raccanello Filho, opinou no parecer de n. 4237/90, pela aprovação das referidas contas.

O Relator Conselheiro Nestor Baptista, julgou boa e legal a prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado, de responsabilidade do Conselheiro Presidente Antônio Ferreira Rüppel.

A Resolução n. 8149/90, do Tribunal de Contas do Estado, aprovou sob a presidência do Conselheiro João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, as contas daquele Tribunal referente ao exercício financeiro de 1989.

Como se depreende do até aqui exposto, notamos que a matéria foi exaustiva e suficientemente examinada, coletando os dados e os elementos indispensáveis para nossa perfeita apreciação.

Tanto do ponto de vista Constitucional, Legal ou Regimental, a matéria aqui tratada não encontra óbice algum que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Isto posto, e face a tudo mais que dos autos consta, e verificando-se a plena legalidade das Contas prestadas, relativas a gestão do Conselheiro Presidente Antônio Ferreira Rüppel, no exercício de 1989, nosso parecer é FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar pela aprovação da matéria ora em pauta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.90.

(aa) HERMAS BRANDÃO
Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR
Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 158/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 84/90 - ex-Proposição n. 52/90), que referenda os Convênios celebrados em 17.07.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a SANE-PAR, e os municípios que especifica, objetivando a implantação nos municípios, de "Sistema de Abastecimento de Água", na forma do acordo n. 09/89, firmado em 01.06.89, entre o Estado do Paraná, através da SEDU, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 52/90

P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 84/90, a Proposição em tela, visa referendar os convênios celebrados em 17 de julho de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da SANE-PAR e os municípios constantes da inclusa relação, cujos textos obedeceram a minuta padrão em anexo, objetivando a implantação, nos municípios signatários, de "Sistema de Abastecimento de Água", na forma do acordo n. 09/89, firmado em 1° de junho de 1989, entre o Estado do Paraná, através da SEDU, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, cuja cópia autêntica também segue em anexo, igualmente para fins de referendo.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO, na forma de projeto de resolução que em anexo encaminhamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
CAÍTO QUINTANA
Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 159/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 99/90 - ex-Proposição n. 63/90), que ratifica os convênios já celebrados, através da Secretaria de Estado dos Transportes, com o Ministério da Aeronáutica e os municípios que especifica, objetivando a administração, operação, manutenção exploração dos respectivos aeroportos. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 63/90

P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 99/90, a proposição em tela visa, ratificar os convênios já celebrados, através da Secretaria de Estado dos Transportes, com o Ministério da Aeronáutica e os municípios de Loanda, Cianorte, Francisco Beltrão, Arapoti, Jacarezinho e Jaguariaíva, objetivando a administração, operação, manutenção e exploração dos respectivos aeroportos.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, com o projeto de resolução que em anexo encaminhamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
CAÍTO QUINTANA
Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 160/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 96/90 - ex-Proposição n. 61/90), que ratifica os convênios já celebrados em 07.03.90 e 10.04.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e, respectivamente, os municípios de Palotina e de Jandaia do Sul, objetivando reparos de veículos e equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO CONSTITUCIONAL

PROPOSIÇÃO N° 061/90

PARECER:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 96/90, a proposição em tela, visa ratificar os convênios já celebrados em 07.03.90 e 10.04.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado da Segurança Pública e, respectivamente, os municípios de Palotina e de Jandaia do Sul, objetivando reparos de veículo, de instalações e de equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO na forma de projeto de resolução que em anexo encaminhamos.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 22.11.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

CAÍTO QUINTANA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 161/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 95/90 - ex-Proposição n° 64/90), que ratifica o convênio celebrado em 09.02.90, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado da Fazenda e o Banco do Estado do Paraná S/A., objetivando a participação do BANESTADO como agente financeiro do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, nas operações de empréstimo e subempréstimo na implantação do Programa Estadual do Desenvolvimento Urbano entre o Estado do Paraná e o Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. Com Parecer Favorável da Comissão Geral. Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 064/90

PARECER:

A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental n° 95/90, visa a ratificação ao convênio já celebrado, por motivo de urgência, em 09.02.90, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado da Fazenda e o Banco do Estado do Paraná S/A, objetivando a participação do BANESTADO S/A, como Agente Financeiro do Fundo Estadual do Desenvolvimento Urbano, nas operações de empréstimo e subempréstimo, na implementação do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, previsto no Contrato de Empréstimo n° 3.100-BR firmado entre o Estado do Paraná e o Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD.

A proposição em tela atende ao disposto no art. 54, XXI da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.11.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

CAÍTO QUINTANA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 162/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 39/90 - ex-Proposição n° 34/90),

que referenda os convênios celebrados em 04.10.89, entre o Estado do Paraná, através da Procuradoria Geral do Estado e os municípios que especifica, objetivando implantação e Manutenção dos Serviços de Assistência Judiciária Gratuita nos referidos municípios. Para os mesmos fins ficam referendados os convênios celebrados em 04.10.89, com a Fundação Universidade Estadual de Londrina, Fundação Universidade Estadual de Maringá, Fundação Universidade de Ponta Grossa, Fundação Universidade Estadual do Norte Pioneiro e Associação Paranaense de Ensino e Cultura - Faculdade de Direito de Umuarama. Com Parecer Favorável da Comissão Geral. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 034/90

PARECER:

A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental n. 039/90, visa o referendo aos Convênios celebrados em 04 de outubro de 1989, antes, portanto da promulgação da atual Constituição Estadual, entre o Estado do Paraná, através da Procuradoria Geral do Estado e os municípios que especifica, objetivando implantação e manutenção dos serviços de assistência judiciária gratuita nos referidos municípios.

Para os mesmos fins são também encaminhados os convênios celebrados em 04 de outubro de 1989, com a Fundação Universidade Estadual de Londrina, Fundação Universidade Estadual de Maringá, Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, Fundação Universidade Estadual Norte Pioneiro e Associação Paranaense de Ensino e Cultura - Faculdade de Direito de Umuarama.

A proposição em tela atende ao disposto no art. 54, XXI da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 085/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 106/90, que ratifica o Primeiro Termo Aditivo firmado em 27.03.90, ao convênio de Cooperação Técnica de n. 01/89, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem e a Bosca Distribuidora de Asfalto S/A, objetivando Prestação de Orientação

Técnica e Operacional, conforme especifica.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 085/90

PARECER:

A presente proposição, de iniciativa do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 106/90, objetiva colher a devida autorização deste Poder Legislativo, ao Primeiro Termo Aditivo firmado em 27 de março de 1990, ao convênio de Cooperação Técnica n° 01/89 celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem e a Bosca Distribuidora de Asfaltos S/A, objetivando a prestação de orientação técnica e operacional.

Ao proceder-se à análise legal e constitucional da presente proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, com fulcro no Art. 54, XXI da Constituição do Estado do Paraná, esta Comissão Geral opina FAVORAVELMENTE pela sua RATIFICAÇÃO, na forma do projeto de resolução que em anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

(a) LUCIANO PIZZATTO
Relator

Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 120/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 124/90), que solicita ratificação ao convênio, celebrado, por motivo de urgência, em 11 de junho de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o município de São José das Palmeiras, objetivando reparos de veículos, da Polícia Civil.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 120/90

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 124/90, a presente proposição tem por finalidade o referendo deste Poder Legislativo ao convênio celebrado por motivo de urgência, em 11 de junho de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o município de São José das Palmeiras, objetivando reparos de veículos da Polícia Civil.

De acordo com o artigo 54, inciso XXI da Constituição Estadual, é de competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo

Governo do Estado, com entidades de direito público ou privado e ratificar os que, por motivo de urgência e de relevante interesse público, forem efetivados sem essa autorização, desde que encaminhados à Assembléia Legislativa, nos noventa dias subsequentes à sua celebração.

Analisando os termos do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) LUCIANO PIZZATTO

Relator

Aprovada.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - E o Projeto n° 168/90?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto n° 168 já foi aprovado. De preferência. Vossa Excelência pediu a palavra para verificação de votação. Declinou após.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - E o Projeto n° 588?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto n° 588 também foi votado com preferência.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 121/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 125/90), que solicita autorização a fim de que o Estado do Paraná e o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, possam celebrar convênio com a Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, objetivando a prestação de apoio financeiro visando a realização pela FCMR, dos projetos de pesquisa do Anexo I, da referida minuta.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 121/90

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 125/90, a presente proposição tem por finalidade o referendo deste Poder Legislativo ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, com a Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, objetivando a prestação de apoio financeiro, visando a realização pela Fundação Caetano Munhoz da Rocha dos

projetos de pesquisas constantes do Anexo I, da referida minuta.

De acordo com o artigo 54, inciso XXI da Constituição Estadual, é da competência privativa da Assembleia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público ou privado e ratificar os que, por motivo de urgência ou de relevante interesse público, forem efetivados sem essa autorização, desde que encaminhados à Assembleia Legislativa, nos noventa dias subsequentes à sua celebração.

Analisando os termos do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL opinando-se pela sua autorização, na forma do Projeto de Resolução que apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) LUCIANO PIZZATTO

Relator

Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 122/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 128/90), que solicita autorização para que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa, celebrar com o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de pesquisas, conforme especifica.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 122/90

PARECER:

Oriunda da Mensagem n° 128/90, a presente proposição tem a finalidade de solicitar autorização para que o Secretário Geral da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de pesquisas, conforme especifica.

De acordo com o artigo 54, inciso XXI da Constituição Estadual, é da competência privativa da Assembleia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público ou privado.

Analisando os termos do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua AUTORIZAÇÃO, na forma do Projeto de Resolução que

anexo apresentamos.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) LUCIANO PIZZATTO

Relator

Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 124/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 130/90), que solicita autorização a fim de que o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa, celebrar convênio com a Fundação de Pesquisas Florestais FUFEP, objetivando a prestação de apoio financeiro visando a realização pela FUFEP dos projetos de pesquisas constante do Anexo I, da referida minuta.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 124/90

PARECER:

Oriunda da Mensagem n° 130/90, a presente proposição tem a finalidade de solicitar autorização a fim de que o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com a Fundação de Pesquisas Florestais - FUFEP, objetivando a prestação de apoio financeiro visando a realização pela FUFEP dos projetos de pesquisa constante do Anexo I, da referida minuta.

De acordo com o artigo 54, inciso XXI da Constituição Estadual, é da competência privativa da Assembleia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público e privado.

Analisando os termos do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua AUTORIZAÇÃO, na forma do projeto de resolução em anexo.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) LUCIANO PIZZATTO

Relator

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 2692, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2694 e 2695, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente.-Aprovados. À Diretoria Legislativa.

O SR. EDUARDO BAGGIO (Pela Ordem) - Eu não pude ouvir direito, mas eu não sei se Vossa Excelência leu o requerimento de dispensa de Redação Final do Projeto 570?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi lido e foi votado.

O SR. EDUARDO BAGGIO - É que não pudemos ouvir aqui. Eu agradeço a Vossa Excelência.

Requerimentos de n.ºs 2696, 2703, 2704, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 2689, 2690, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2697, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2691, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, ainda em relação ao Projeto n.º 168/90, ele foi votado em primeira discussão hoje e havia um requerimento da Mesa para que ele fosse retirado por dez sessões. Porque esse projeto eu considero importante para ser votado de pronto sem ser estudado por nenhuma Comissão e é um projeto que renova o Regimento Interno da Casa e por isso parecer-me que caberia uma discussão maior sobre esse projeto. Nós teremos aqui até segunda ou terça-feira onde teremos encerrada a discussão do novo Regimento Interno da Assembléia Legislativa. Por isso é que apresentei à Mesa um Requerimento solicitando a retirada por dez Sessões.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, permita-me, antes que Vossa Excelência responda à Questão de Ordem.

Mas, sobre o assunto e é oportuna a Questão de Ordem que levanta o Deputado, porém, Deputado Beraldin, a proposta feita através da Resolução leva o n.º 168/90, com isso criando o novo Regimento para esta Casa, é uma necessidade que se espera há decênios. O Regimento Interno desta Casa, vigente, ele é de 1947. Posteriormente consolidado em 1960, e até faço menção, e de certa forma orgulha esta Casa de que o Deputado Anibal Khury era naquela oportunidade 1.º Secretário e depois Secretário e agora Presidente da Casa.

Também concordo com a questão de ordem

levantada pelo Deputado Neivo Beraldin quando diz que a matéria é extensa, 250 artigos e que merece estudo detido e pesquisas talvez. Agora, se nós retirarmos da Ordem do Dia por 10 sessões, Deputado Neivo Beraldin, e de 10 transpomos para 20, nós não vamos entrar numa nova legislatura com um novo Regimento. Portanto, nós temos oportunidade na 2.ª e 3.ª discussões para apresentação de emendas para melhorar, aperfeiçoar esse trabalho feito pela Comissão Executiva e que apresenta à deliberação da Casa. Portanto, apenas para não retardar e para que - repito - não entremos numa nova legislatura com um Regimento de 1947, nós teremos nas próximas discussões oportunidade para apresentar emendas e, se for o caso, melhorar esse Projeto apresentado pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento do Deputado Neivo Beraldin chegou atrasado e foi após a votação do projeto.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, ele não poderia ter chegado atrasado porque o requerimento foi apresentado à Mesa antes mesmo de começar a Sessão. Além do mais, aproveitando a palavra pela ordem, eu gostaria de dizer ao Deputado Basílio que, exatamente por ser de 1947, o atual Regimento da Casa, este atual pode ter vício de origem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu não entendi o que Vossa Excelência quis dizer com "vício de origem". Vossa Excelência pode explicar?

O SR. NEIVO BERALDIN - Exatamente de 1947, ele vem exatamente dessa época como disse o Deputado Basílio Zanusso. Então, ele poderá ter vício de origem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência não tinha nascido em 1947?

O SR. NEIVO BERALDIN - Não.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então, não tem vício de origem.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Regimento Interno é uma peça, um instrumento importante para a Assembléia Legislativa. Aqui há uma unanimidade de que o Regimento Interno atual é superado, mesmo porque tivemos um passado recente de Constituinte, e é necessária a elaboração de um novo instrumento. E eu posso testemunhar que a elaboração desse Anteprojeto teve a contribuição de advogados, de políticos, de pessoas que conhecem a Casa, e

isso contribui sobremaneira para a elaboração de uma proposta que vem a se adequar à Constituição Estadual e à Constituição Federal, com profundas e importantes inovações.

É evidente que, por ser um instrumento tão importante, haja uma certa preocupação do Deputado Neivo Beraldin quanto a um aprofundado estudo, mas eu gostaria de ponderar ao ilustre Deputado que este estudo pode fazer independentemente de se requerer o adiamento da discussão, da evolução, do aperfeiçoamento do Projeto Regimental. Vamos fazer isso através de emendas, através de leitura adequada do Projeto, que é extenso, que é volumoso, mas que é necessário.

Eu não gostaria de deixar o meu mandato na Assembléia Legislativa - meu único mandato - sem que esta Casa desse essa contribuição, e eu gostaria de levar ao meu curriculum a contribuição deste Regimento Interno. Vamos fazer, Deputado Neivo Beraldin, Senhores Deputados todos, eco a voz do povo que acha que nós aqui estamos para legislar. É um momento oportuno de darmos o exemplo concreto de que legislamos, fazendo primeiro a arrumação da nossa Casa. E arrumar a nossa Casa é fazer o Regimento Interno. Eu faço um apelo a Vossa Excelência para que passemos à discussão, para que estabeleçamos o contraditório dessa proposta regimental nas próximas duas sessões, através da discussão, da leitura, da proposta de emendas, mas que este seu requerimento de adiamento de dez sessões, me deixa um pouco preocupado, não me dá a segurança de que nós possamos contribuir aos atuais legisladores que permanecem com o mandato e aos futuros que virão, um instrumento que venha a calhar, que venha a contribuir para que o Poder Legislativo faça do seu discurso uma proposta concreta de que nós legislamos e a primeira legislação para a próxima legislatura, é ter um Regimento Interno. Os novos Deputados sentirão essa contribuição nesse final de legislatura e a experiência que eles trarão, poderão, no exercício do seu mandato, fazer o aperfeiçoamento no momento oportuno, que é depois da sua posse e a sua contribuição ao longo dos 4 anos da legislatura.

Não é um apelo, Deputado Beraldin, eu acho que é uma proposta razoável de que façamos do Plenário desta Casa, nas próximas duas Sessões, a discussão aprofundada disto, e a contribuição do Legislativo a esta elaboração inovadora que, tenho certeza, vai mostrar um Parlamento mais ágil, um Parlamento mais dinâmico, um Parlamento adequado à Constituição, tanto estadual como federal, mas principalmente, um Regimento Interno que vai fazer com que haja transparência, haja agilidade e haja, acima de tudo, a possibilidade do exercício

do mandato dentro das prerrogativas que a própria Constituição outorgou nesse recente processo constituinte.

Portanto, Deputado Neivo Beraldin, Senhores Deputados, é esta a minha proposta e a minha contribuição, no sentido de que, nas próximas sessões, nós tenhamos aprovada uma nova proposta com a contribuição de todos os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Na Ordem do Dia de hoje consta, na íntegra, o Regimento Interno e nós só teremos sessão na próxima segunda-feira. A Mesa faz um apelo àqueles Deputados que queiram fazer emendas ou estudar o projeto, que façam nesse período. Tem a palavra o Senhor Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN - Eu só gostaria de dizer que as palavras do Deputado Nereu Massignan, não são diferentes das nossas. Nós realmente queremos um Regimento Interno moderno, mas queremos um tempo para poder estudar o Regimento, queremos poder conhecer os Regimentos novos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e poder discutir de uma maneira mais ampla, com tempo e espaço maior. Era esse o nosso objetivo. Somente esse, Deputado Nereu.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa concede a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, eu não vejo o porquê da insistência do Deputado Neivo Beraldin. Eu fui o relator da matéria, li exaustivamente o Regimento Interno da Casa, o novo Regimento Interno da Casa. É o melhor que se pode fazer para a realidade do momento político paranaense e ele não é intocável, não é imutável. O Regimento Interno pode, por proposição dos Senhores Deputados, ser modificado neste ou naquele artigo. Então, não vejo por que retardar a votação dessa matéria. Acho que a Casa deve rejeitar "in limine" qualquer procrastinação na apreciação dessa matéria, porque a nova Assembléia que assumirá, os novos Deputados que são praticamente maioria que assumirão o mandato já no ano vindouro, precisam já estar de posse do documento básico, da bíblia do legislador que é, acima de tudo, o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa quer informar aos Senhores Deputados que o Regimento Interno da Assembléia, proposto pela Comissão Executiva, foi realizado após um estudo de seis meses, consultando o Rio Grande do Sul, São Paulo e principalmente, tendo como norte, o Regi-

mento Interno da Câmara Federal. Nós estamos a disposição dos Senhores Deputados, o Regimento Interno proposto é absolutamente imparcial e eu acrescento mais um adjetivo

às palavras do Deputado Erondy Silvério, e como diz o Ministro Magri, ele não é "imexível".

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 260/90, 360/90, 473/90 e 546/90.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 469/90, 495/90, 513/90, 533/90, 554/90, 558/90, 559/90, 560/90, 569/90, 576/90, 577/90; e dos Projetos de Resolução n°s 53/90, 54/90, 113/90, 116/90, 117/90, 145/90,

146/90, 148/90, 149/90, 150/90, 151/90, 152/90, 153/90, 154/90 e 155/90.

2.^a

DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 369/89, 41/90, 500/90, 519/90, 522/90, 541/90, 568/90, 572/90, 574/90; e dos Projetos de Resolução n°s 118/90, 121/90, 158/90, 159/90, 160/90, 161/90, 162/90 e 168/90.

1.^a

DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 286/90, 369/90, 434/90, 446/90, 506/90, 524/90, 537/90, 580/90, 584/90, 585/90, 586/90; e dos Projetos de Resolução n° 119/90, 120/90, 163/90, 164/90, 165/90 e 166/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 125/90, 126/90, 130/90, 131/90 e 134/90.

Levanta-se a sessão.